



**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS**

**GRÃO-CHANCELER**

Dom Gilberto Pereira Lopes

**MAGNÍFICO REITOR**

Prof. Pe. José Benedito de Almeida David

**VICE-REITOR**

Prof. Pe. Wilson Denadai

**PRÓ-REITOR DE GRADUAÇÃO**

Prof. Marco Antonio Carnio

**PRÓ-REITORA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**

Profa. Dra. Vera Sílvia Marão Beraquet

**PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO E ASSUNTOS COMUNITÁRIOS**

Profa. Carmen Cecília de Campos Lavras

**PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO**

Prof. Antonio Sergio Cella

**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS**

Diretor: Prof. Pe. Paulo Sérgio Lopes Gonçalves

Diretora Adjunta: Profa. Maria Salete Zulzke Trujillo

**FACULDADE DE HISTÓRIA**

Diretora: Profa. Lília Inês Zanotti de Medrano

**Endereço para Correspondência:**

Revista Notícia Bibliográfica e Histórica

Caixa Postal 1539 - 13001-970 - Campinas, SP

# NOTÍCIA BIBLIOGRÁFICA E HISTÓRICA

Responsável

**ODILON NOGUEIRA DE MATOS**

Pontifícia Universidade Católica de Campinas

---

**ANO XXXVI - Nº 192 ISSN-0101-4919 JANEIRO - MARÇO 2004**

---

## SUMÁRIO

Florence e Taunay: um encontro feliz e oportuno .....	3
Odilon Nogueira de Matos	
Rangel Pestana e o jornalismo .....	5
Duílio Battistoni Filho	
Implicações críticas do romance histórico .....	13
Fábio Lucas	
Sousas: de arraial a progressista distrito de Campinas .....	21
Maria Lúcia de Souza Rangel Ricci	
O pseudo-totalitarismo positivista .....	27
Arthur Virmond de Lacerda Neto	

A festa maior do Povo Brasileiro .....	37
Leonardo Dantas Silva	
El itinerario de Cristóbal Colón (1451-1506) .....	55
Carlos Francisco Moura	
Grandes portugueses da época dos descobrimentos .....	57
José Verdasca	

### **De Uma Pasta de Velhos Recortes**

Estrangeiros no Brasil .....	75
Conde Emmanuel de Bennigsen	

### **Estrangeiros que Escreveram Sobre o Brasil**

Frederick C. Glass (1871-1960) .....	81
--------------------------------------	----

### **Seleta**

Missões Jesuíticas .....	83
F. C. Glass	

### **Rabiscos de um Escrevinhador**

410. Uma releitura emocionante .....	85
411. Padre José Maurício .....	86
412. Curiosas "Cartas" sobre o Brasil .....	87
413. Gramático e teólogo .....	89



## FLORENCE E TAUNAY: UM ENCONTRO FELIZ E OPORTUNO

Odilon Nogueira de MATOS

Em 1865, integrando a expedição que se celebraria na famosa e ao mesmo trágica “Retirada de Laguna”, passou por Campinas o futuro Visconde de Taunay, na época apenas Alfredo de Escragnonle Taunay, jovem tenente de Engenharia, com pouco mais de vinte anos de idade. Ocupou-se da cidade e de sua gente no relatório da expedição publicada na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e posteriormente tirado em livro com o título “Marcha das Forças”; e ainda em numerosas cartas à sua irmã Adelaide, cartas estas reunidas em volume ao ensejo de seu centenário, em 1943, pela “Biblioteca do Exército” sob o título “Cartas da Campanha de Mato Grosso”. Nelas relatou o futuro político e romancista seus contatos com a cidade e a sociedade campineira, e, particularmente, seu conhecimento com Hércules Florence, a quem freqüentes vezes visitou e de cujos trabalhos tomou conhecimento, tanto que se interessou em divulgá-los, como o fez, por exemplo, com o relato da Expedição Langsdorff.

É certo que por ocasião de sua passagem por Campinas Taunay ainda não conhecia esse relato, pois embora Florence, da volta da viagem, o confiasse ao pai do Visconde, Félix Emílio Taunay, ficou ele esquecido, talvez mesmo perdido por quase quarenta anos. É o próprio Visconde quem o confessa, no prefácio que antepôs à publicação que empreendeu na Revista do Instituto Histórico Brasileiro em 1875/76. Publicação, diga-se de passagem, só feita depois que Taunay obteve o consentimento do autor, que ainda vivia em Campinas. As cartas de

Taunay a Hércules Florence podem ser lidas no livro de Estevão Leão Bourroul sobre o franco-campineiro, publicado em São Paulo em 1900.

Dessa forma - através da tradução e divulgação de alguns de seus trabalhos - vinculou-se a Hércules Florence o nome do autor de “A Retirada de Laguna” e de tantas outras obras significantivas de nossa bibliografia histórica e literária, num total de mais de trinta volumes, infelizmente na quase totalidade fora do alcance do leitor de hoje, por estarem esgotados em sua maior parte.

O que conhecemos hoje por “Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas”, (título dado por Hércules Florence ao reescrever seu relato trinta anos mais tarde) chamava-se originalmente “Esboço da viagem feita pelo Sr. de Langsdorff ao interior do Brasil, desde setembro de 1825 até março de 1829” e ainda com as indicações “escrito em original francês pelo 2º desenhista da Comissão científica Hércules Florence, traduzido por Alfredo d’Escragnolle Taunay”. Só em 1941 o “Esboço” apareceria, já com título novo, em forma de livro, editado pelas Edições Melhoramentos, de São Paulo.

De então para cá não só diversas outras edições apareceram do relato de Hércules Florence, como diversos outros trabalhos foram publicados sobre a famosa e tão trágica expedição ao interior do Brasil, da qual Hércules Florence foi um dos poucos sobreviventes, com a sorte, aliás, de ter sido o incumbido do relato da grande jornada. É o caso de dizer-se, parodiando o dito comum: sobrou um... justamente para relatar a história. Sem sua obra nada se saberia de uma das mais importantes expedições científicas enviadas aos sertões do Brasil.



## RANGEL PESTANA E O JORNALISMO

Duílio BATTISTONI FILHO

Francisco Rangel Pestana, um dos mais completos intelectuais do Brasil, nasceu em Iguaçú, província do Rio de Janeiro, a 26 de novembro de 1839. Não obstante retraído e calmo, teve uma vida agitada, destacando-se como abolicionista, político, educador e, sobretudo, como jornalista, que tentaremos focar, neste breve estudo. Provinha da antiga e nobre família Pestana, que floresceu em Portugal, na ilha da Madeira, durante o reinado de D. Manuel, o Venturoso.

Pelos registros familiares, sabemos que três irmãos, Francisco Xavier Pestana, Bento Pestana e João Jacinto Pestana, vieram para o Brasil, no início do século XIX. O primeiro estabeleceu-se como comerciante na Corte, pai do almirante Miguel Antônio Pestana, veterano da guerra do Paraguai; o segundo, negociante no Rio Grande do Sul; o terceiro, além de tabelião, exerceu o cargo de secretário da Câmara de Iguaçú. Este casou-se na vila com Luiza Rangel Pestana, de cujo consórcio teve quatro filhos: Joaquim, Ludovino, Emílio e Francisco.

Iniciando seus estudos fundamentais na escola pública de sua terra, Francisco continuou-os no famoso Colégio Curiáceo, na capital do Império, dirigido por Curiáceo Pestana, primo de seu pai. Desse instituto, passou para o Colégio Pedro II, onde teve como um de seus professores, o pedagogo alemão, naturalizado brasileiro, José Hermann Tautphoeus, barão de Tautphoeus.

Com o falecimento de seu pai, não pôde concluir seus estudos preparatórios. Em 1857 vai para São Paulo. Almejando ganhar um ano,

prestou os exames que lhe faltavam, Lógica e Retórica, no colégio Mamede, na ladeira Porto Geral, na altura do antigo Teatro Boa Vista.

Devido à sua delicada saúde, somente aos 20 anos, ingressou na Faculdade de Direito de São Paulo, bacharelando-se em 1863. Vale ressaltar que a sua turma era a mais numerosa do século XIX, (116 acadêmicos) destacando-se entre eles, figuras maiúsculas da política brasileira como Prudente José de Moraes Barros e Manuel Ferraz de Campos Sales, que se tornariam presidentes do Brasil; Bernardino José de Campos Júnior, futuro presidente de São Paulo; Francisco Quirino dos Santos, jornalista e poeta, e Teófilo Carlos Benedito Ottoni; presidente da província de Minas Gerais.

Desde os tempos acadêmicos, Rangel Pestana revelou pendores para as lides jornalísticas. Apesar de frio e reservado, sustentava acaloradas polêmicas pela imprensa. Em 1860, redigiu com os companheiros de faculdade - Quirino dos Santos e João Antonio de Barros Junior - o **Lírio**, jornal de variedades dedicado às famílias, com excelentes trabalhos em prosa e verso. Dois anos mais tarde, colaborou com José Cesário de Faria Alvim, no **Futuro**, folha que se batia pelo partido liberal, dirigido por Teófilo Ottoni. Sua publicação dava-se aos sábados. Foi célebre a sua luta contra o partido conservador, com artigos veementes e sarcásticos. Fez parte também da folha liberal **Época**, que era publicada regularmente aos domingos, mas, quando a necessidade o exigisse, aparecia duas ou mais vezes por semana. O texto contava de artigos doutrinários, literatura e notícias. Tinha por epígrafe, uma frase de Alexandre Herculano: “No meio das provações, das afrontas, das calúnias, das maldições, nós prosseguiremos avante nesta cruzada de civilização e de liberdade”.

Quando Rangel deixou a Faculdade de Direito, iniciando a vida prática, o aspecto geral da cidade não havia sofrido alteração desde o ano da independência. Entretanto, a partir do governo do Dr. João Teodoro, de 1872 a 1875, inúmeros serviços foram prestados à cidade, transformando a fisionomia da Capital, com melhoramentos até então desconhecidos, embelezando-a e saneando-a. Foi procedido o recenseamento da população da Província, cabendo à capital 25.000 habitantes; no tocante a estradas e pontes, autorizou vultosos contratos para consertos e construções,

tendo organizado um novo sistema de obras, julgado de ótimos resultados, que consistia de capitais particulares, garantindo ao governo provincial juros de 24% sobre o capital empregado. As estradas de ferro já estavam sendo implantadas. Quanto à instrução pública, havia na província, 246 escolas primárias, para ambos os sexos. Deu regulamento à Escola Normal e já funcionavam os seminários de Santana e Nossa Senhora da Glória.

Já tendo uma certa experiência no ramo jornalístico, enquanto estudante, Rangel montou, em 1866, com seus antigos colegas e amigos a **Opinião Liberal**, no Rio de Janeiro, um dos jornais mais importantes da época, cujo programa era considerado o mais ousado acerca das idéias republicanas e sobre a questão da substituição do trabalho escravo pelo livre.

Em 1870, sentindo a saúde um tanto comprometida, resolveu transferir-se para Campinas, SP, a fim de abrir banca de advocacia, sem contudo, abandonar o jornalismo, colaborando na “Gazeta de Campinas”. Nessa cidade, casa-se com Damiana Quirino dos Santos, filha de um fazendeiro, major Joaquim Quirino dos Santos, e irmã de João Quirino dos Santos, seu antigo companheiro de imprensa e academia. Tiveram numerosa prole. Dotado de grande coração, Rangel Pestana persuadiu sua esposa a que libertasse os seus escravos. Este gesto de altruísmo provocou - da parte dos fazendeiros - revolta e indignação, chegando Rangel a ser considerado por eles, como “revolucionário perigoso e homem de maus exemplos”. Essas injúrias recebeu-as com superioridade, abstando-se propositadamente de sustentar, nesse terreno, lutas pela imprensa, pois antevia para breve a redenção do negro escravizado. Podemos considerá-lo, portanto, um dos precursores do abolicionismo, pois como se vê, sua ação, nesse setor, foi anterior mesmo à lei do “Ventre Livre”, promulgada na primeira regência da Princesa Isabel, a 28 de setembro de 1871.

Em Campinas, muito preocupado com os problemas educacionais e com o ensino, Rangel foi convidado pelo reverendo Nash Morton, diretor do Colégio Internacional, para lecionar as disciplinas Língua Portuguesa e Retórica, tendo como aluno aquele que viria a ser um dos seus mais valorosos companheiros de cruzadas - Júlio Mesquita.

Signatário do Manifesto Republicano, Pestana despertou nos seus alunos, os ideais republicanos e foi o responsável pela inauguração, no mundo estudantil campineiro, do sistema de palestras abertas ao público, as chamadas conferências populares, de grande repercussão na cidade.

Entusiasta da educação feminina, foi ainda professor do Colégio Florence para moças, dirigido por Carolina Florence. Deve-se ressaltar que, na ocasião, a célebre educadora estava casada com Hércules Florence, notável desenhista francês que tinha participado da célebre expedição do Barão de Langsdorf ao interior do País e que se notabilizara por interessantes descobertas, entre elas, a da fotografia. A contribuição de Pestana, como professor em Campinas, estendeu-se por todo o ano de 1875, quando decide fundar o seu próprio colégio na capital da Província.

Fixando residência em São Paulo, depois de onze anos de ausência, na rua da Constituição, anteriormente denominada ladeira Miguel Carlos, hoje, Florêncio de Abreu, nesse mesmo ano, decide juntamente com amigos, fundar a **A Província de São Paulo**. Américo de Campos e Campos Sales adquirem uma tipografia no Rio de Janeiro constituindo-se de uma impressora “Alauzet”, um manual e algumas caixas de tipos. Não medindo esforços, reúnem em comandita, com o nome de Pestana, Campos e Cia, um grupo de republicanos.

Os periódicos de então limitavam-se apenas a divulgar atos oficiais, telegramas e notícias atrasadas. Os mais acatados eram o “Correio Paulistano”, fundado em 1854 e o “Diário de São Paulo”, pertencente ao Partido Conservador, às expensas do qual vivia, tendo ainda uma subvenção do governo. Os outros não passavam de efêmeras folhas acadêmicas, sem maior importância.

**A Província de São Paulo** começa a circular a 4 de janeiro de 1875, dividido em cinco colunas e quatro páginas. No cabeçalho, entre outras informações, constavam os nomes dos redatores responsáveis - Américo de Campos e Francisco Rangel Pestana - bem como o do administrador, José Maria Lisboa, que abandonara o Correio Paulistano para se incorporar a seus novos companheiros de imprensa.

Abria o jornal um artigo de fundo de autoria de Rangel Pestana sobre a situação política, econômica e social, naquele momento. Embora se proclamasse jornal independente, não deixava de transparecer, em suas colunas, o entusiasmo pelos ideais republicanos, batalhando mesmo pela propaganda republicana.

Em junho desse ano, a tiragem da folha alcançava o número expressivo de 2.200 exemplares, o que evidenciava a sua imensa popularidade. Ao começar o segundo ano de vida, pela primeira vez em São Paulo, um jornal era apregoado e vendido nas ruas da cidade por um francês de nome Bernard Gregoire, que, a cavalo ou a pé, fundaria a profissão de jornalista.

Todo o dinheiro da empresa era depositado no Banco Mauá. Porém, com a falência deste, em 1876, um rude golpe abalou os donos do jornal, pois perderam-se 29:636\$000, soma considerável para a época. Mas, esse acontecimento não desanimou Rangel Pestana. Recorrendo aos seus meios pessoais, colaborou com a quantia de 23:000\$000, resultando daí o equilíbrio financeiro da empresa. A sua benevolência foi tal que torna-se seu primeiro diretor e principal proprietário. Até então os nomes dos diretores, no cabeçalho colocavam-se na ordem Américo de Campos e F. Rangel Pestana. Doravante passou a ser F. Rangel Pestana e Américo de Campos.

Em 1879 sobreveio outra crise financeira. Rangel pede um reforço de capital aos comanditários. Contudo, não puderam atendê-lo. Foi então que, com o auxílio do Dr. Luiz Pereira Barreto, e de alguns amigos, reorganizou a comandita com um aumento substancial de capital e que permitiria a Rangel solucionar as dificuldades financeiras do momento. Somente em 1882, todos concordaram voluntariamente em dissolver a comandita, deixando a Rangel, como único proprietário a obrigação de pagar dentro de certo prazo as dívidas do jornal.

Entrementes, os proprietários rurais procuravam menosprezar a ideologia abolicionista de Pestana, por ferir os seus interesses. As eleições de 1881 foram um sucesso para o **PRP**. O partido viu eleitos à Assembléia da Província os seus candidatos, dentre os quais Rangel

Pestana. A campanha eleitoral foi encerrada em Campinas, com festas memoráveis, destacando-se o grande banquete de 5 de janeiro de 1882, no Teatro São Carlos. O programa da maioria dos candidatos era muito ambíguo. Por exemplo, o problema da escravidão foi uma abstenção disfarçada com “reformas econômicas, políticas e administrativas”. Muito a propósito, acerca do abolicionismo, o jornal de língua inglesa, “The Rio News”, publicado no Rio de Janeiro, comentava em sua coluna, a 27 de fevereiro de 1883, que a província de São Paulo, em geral, e o município de Campinas, em particular, eram os centros mais ferozes e irredutíveis do escravismo. O jornal fazia notar que, contando São Paulo, naquele instante, com 174.772 escravos a mais que a província açucareira de Pernambuco, era, entretanto, a região onde o número de alforrias era de todos o menor. Essa publicação levantou nos meios agrários de Campinas, uma profunda indignação, com imediata e alarmada repercussão no seio da Comissão Permanente do **PRP**.

Alguns anos mais tarde, um rapaz de 22 anos, Júlio Mesquita, vindo de Campinas, começa a aparecer nas colunas do jornal como redator político. Graças à sua ascensão como jornalista, tornou-se pouco tempo depois, redator e administrador do novo jornal. Em 1888, era Júlio Mesquita o gerente daquele importante matutino e, como tal, conservou-se até a proclamação da República, um ano mais tarde. Porém ele e Rangel Pestana resolveram se afastar do jornal, pois foram escolhidos para serem respectivamente, secretário e membro da Junta Governativa provisória. E, assim, a 17 de novembro, desaparecem do frontispício de **A Província de São Paulo**, seus respectivos nomes. Contudo, Rangel não deixou de colaborar no jornal, tal a sua paixão pelo jornalismo. A 1º de janeiro de 1890, o jornal passaria a ser chamado de **O Estado de São Paulo**, nome que conserva até hoje.

O afastamento de ambos durou pouco, pois em meados de janeiro já haviam retornado às suas atividades, cabendo a Rangel a responsabilidade de ser o seu redator-chefe. Todavia, foi chamado pelo governo brasileiro para trabalhar no anteprojeto da Constituição. Vai ser substituído no jornal por Júlio Mesquita. Depois de trabalhar durante seis

meses nesse projeto, Rangel reassume seu posto, coincidindo a sua chegada com a conclusão da reforma das oficinas do jornal.

Em outubro de 1890, cansado, doente e desgostoso pelos rumos tomados pela República, Pestana se afasta das lides jornalísticas e recolhe-se em sua residência. Como político, apesar de ter sido distinguido com tantas e elevadas posições, não pôde ocultar a profunda mágoa causada pelas sucessivas decepções e injustiças, dentre as quais, a de não ter o seu nome figurado entre aqueles que assinaram a Constituição da República, na qual emprestou a sua colaboração. Entretanto, lutador abnegado, não esmoreceu. Verdadeiro idealista, jamais almejou conquistar altas posições ou cargos.

O ilustre jornalista faleceu a 17 de março de 1903, aos 64 anos, dos quais 40 consagrados a serviço do progresso, do bem comum e da grandeza de São Paulo e do Brasil.

### BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- 1) Arilda Inês Miranda Ribeiro. *A Educação feminina durante o século XIX: o Colégio Florence de Campinas* 1863-1889. Campinas: Área de Publicação Cmu/Unicamp, 1996.
- 2) Edith de Sabóia. *A vida de Rangel Pestana*. Suplemento do Centenário, O Estado de São Paulo, nº 11. 15/03/1975.
- 3) José Maria dos Santos. *Os Republicanos paulistas e a Abolição*. São Paulo, Livraria Martins, 1942.
- 4) Júlio Andrade Ferreira. *História das Igrejas Evangélicas da Cidade de Campinas*. In: Monografia Histórica do Município de Campinas. Rio de Janeiro, IBGE, 1952.





## IMPLICAÇÕES CRÍTICAS DO ROMANCE HISTÓRICO

Fábio LUCAS

Estamos diante de um caso particular de figuracão de um herói nacional na ficção. Não se trata do primeiro caso, e certamente não será o último. O certo é que Magaly Trindade Gonçalves, Zélia Thomaz de Aquino e Zina Bellodi, experimentadas pesquisadoras, tomaram o Tiradentes transposto à narrativa literária, exercendo um balanço crítico das principais obras.

As autoras de **A figuracão de Tirandes na ficção brasileira** (Araraquara/Jaboticabal, 2002) se apoderaram dos registros historiográficos e literários do principal agente da Inconfidência Mineira e realizaram um estudo metódico das transformações do mito em motivacão do ato criador.

Mito? Tanto a História quanto a Literatura guardam este aspecto em comum: escrevem a história de um herói excepcional, tal como ficou gravado na memória coletiva. Realizam uma versão de cunho histórico e biográfico. Trata-se de um relato de episódios passados para uso dos presentes e possivelmente para a admiracão da posteridade.

Ambos os registros arrimam-se, em larga escala, na mitografia, berço do herói. Com efeito, este, de gênero antropocêntrico, traz a consciência de domínio da realidade e de condução da história ou do destino pessoal, muito embora sujeito às artimanhas da fatalidade. A vida se desenha como um risco e, ao fim, como um batalha perdida, uma empresa inglória.

Não há meio de a História cobrir os vazios da informação a não ser valendo-se de hipóteses, conjeturas e, em certos casos, da administração interesseira das circunstâncias. Cada período histórico elege os seus heróis e, a longo prazo, os seus deuses. Os imaginosos tecem as versões mais adequadas ao grupo detentor dos meios mais abrangentes de informação. Cabe aos destinatários do enredo prolongar sua ressonância no labirinto da História. De modo geral, compete aos fervorosos, crédulos e ingênuos, mas também aos façanhudos e poderosos, o encargo de transmitir as figurações legendárias. Compõem a cadeia propulsora das formações ideológicas, de cunho tanto individual quanto coletivo.

O caso de Tiradentes é significativo. Quase tudo que se sabe sobre ele provém do seu processo de condenação: os Autos de Devassa. Réu do crime de inconfidência, foi-se transformando em símbolo da aspiração autonomista da nação. Os Autos, imperfeitos, ficaram como fonte de sua configuração, sempre à espera de novas achegas que complementem os seus dados.

A Inconfidência Mineira dispõe, em nossa História, de três relatos diferenciados: o contemporâneo, sacrificado pelo poder da censura e da repressão; o do século XIX, sob o influxo do governo Imperial, escrito em grande parte pelos áulicos ou pelos historiadores protegidos pelo regime. A simples suspeita de que se tratava de uma conspiração republicana foi bastante para ajustar parte dos estudos e das conclusões aos horizontes morais e políticos do período. A terceira versão cunhou-se no embalo da proclamação da República, que necessitou, para legitimar-se, de uma bandeira largada no passado. Essa bandeira foi a Inconfidência e o seu mártir por excelência, o Tiradentes.

Em termos da formulação de uma identidade brasileira, Tiradentes ganha efeito especial no contexto americano. O Brasil pode oferecer um exemplo singular aos demais povos que se livraram do jugo colonialista: a personagem-símbolo da luta pela libertação é um homem do povo, um alferes, vindo das camadas inferiores da hierarquia patrimonial (embora, no bojo dos Autos de Devassa, fosse ele, no sequestro dos bens, dos que aparecem com um patrimônio mais avantajado do que o de muitos outros conspiradores).

Ademais, Tiradentes, na figuração com que se projetou, sintetiza o perfil do **herói positivo**, pois não simboliza apenas a oposição tenaz ao governo dominador, mas principalmente o agente propositor de mudanças necessárias, superadoras do ambiente acanhado e mesquinho de seu tempo. Tal força prospectiva exemplifica o aspecto criador da Inconfidência, mais do que a mera insubmissão ao domínio externo. José Honório Rodrigues, na obra **Independência: Revolução e Contra-revolução** (Rio, Francisco Alves, 1975), revela como o processo de libertação do país foi inicialmente conduzido pelo grupo progressista, enquanto a sua consolidação se fez pelo grupo conservador e regressivo.

Mas o livro das três professoras não pretende perfilar uma tese historiográfica. Prefere, sim, acompanhar o modo como a Literatura incorporou a trajetória do nosso mártir da independência. O herói, assim, consubstancia uma representação narrativa, cultural, nutrida de aspecto historicista.

Assim, História e Literatura constituem um relato no fundo do qual repousam arquétipos e vagas reminiscências históricas. Ademais, como é próprio da ficção, há sempre a tentação de investigar a essência do ser humano e as contingências existenciais. E, mais longe ainda, se divisa o grande problema da disputa do poder, quer na esfera do Estado, quer no campo do amor.

O herói da ficção, inspirado na figura histórica, vira um modelo conspícuo de conduta perante as adversidades. É pintado com as tintas da transcendência, como demonstração da sua capacidade sobreumana. Assume o vulto de uma divindade. Desafia a tirania do tempo e as ciladas do mundo assustador.

Conforme assinala Magaly Trindade Gonçalves, no relato de base histórica muitas vezes a fábula devora a comprovação fática, sendo substituída por uma figuração que se ajusta aos ideais heróicos necessários à vida comunitária. De acordo com a sua exposição, “Há fatos na vida da figura histórica, geralmente não os mais significativos, que não temos como comprovar. Numa obra ficcional, entretanto, eles podem ser estritamente necessários para a integração da personagem.”

Na leitura que as autoras fazem das obras inspiradas no herói da Inconfidência, o destaque fica para **Naquele Natal** (Geral do França de Lima), **Eu, Tiradentes** (Paschoal Motta) e **Joaquina, filha de -Tiradentes** (Maria José de Queiroz), considerados “os três romances superiores” entre os demais. Especial referência cabe também a **Boca de Chafariz** de Rui Mourão.

O objetivo do trabalho, portanto, visou a uma avaliação literária antes de tudo, embora confessem as autoras terem-se utilizado da perspectiva antropológica para bem compreender o fenômeno. A principal fonte, no caso, foram os textos de Mircea Eliade. O objetivo, pois, seria mostrar como a ficção ajudou a plasmar o mito do herói. Os contributos da versão historiográfica foram ambivalentes, pois não faltaram autores que se dispuseram a esvaziar o mito, reduzindo o episódio histórico a uma invenção sem sentido.

As alegações são múltiplas. O revisionismo historiográfico nada na contracorrente, e chega a apostar na tese inversa. Segundo consta, o termo “república” é polissêmico. Na ocasião, poderia significar muitas coisas. Daí, o enunciado de Carla Maria Junho Anastasia: “Na época das devassas, os termos republicano, jacobino e maçom significavam a mesma coisa.” E a conclusão de seu trabalho atira água fria na fervura da Inconfidência: “A Forma, final da sentença deveria ter efeito atemorizador nos povos da capitania, colocando fim, de uma vez por todas, nas idéias de república. É bem provável que o termo república, signifique nos autos o equivalente à autonomia, ao rompimento com Portugal e, se assim não fosse, como seria se, segundo um profundo conhecedor do movimento de 1789 em Minas, a maioria dos inconfidentes era monarquista e sequer Tiradentes era republicano?” (debate sobre “O Imaginário Republicano no Século XVIII e Tiradentes” de Francisco José Calazans Falcon, em **Tiradentes hoje: Imaginário e Política na República Brasileira**, Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro, 1994, p. 149).

O autor debatido pela Professora Carla Maria Junho Anastasia, Francisco José Calazans Falcon, em dado momento, ao tentar fixar o conceito de “república” para os Inconfidentes indaga: “Estariam pensando talvez nas ‘repúblicas’ realmente existentes então ou mencionavam

‘república’ como quem proclame um princípio político oposto e hostil ao da monarquia absoluta de direito divino?” (ob.cit., p.131).

Como se vê, nas duas intervenções mais se questiona do que responde. O Professor Falcon, que se resguarda com o argumento de faltarem “dados para que possamos ser mais conclusivos”, aventa a seguinte hipótese: “Avançando mais um pouco nessa mesma direção, ficamos a imaginar se ‘república’ não poderia ser então uma forma bastante óbvia para os inconfidentes como indicadora da criação de um novo país, o qual, surgido de uma ruptura com a metrópole monárquica, não noderia ter senão a forma republicana, pois, convenhamos, teria sido impensável naquelas circunstâncias, substituir uma monarquia por outra monarquia.” (ob. cit., p. 131).

Ora, no terreno das conjecturas, tão fluido, floresceu a idéia de que o Visconde de Barbacena estivesse envolvido no plano da independência do Brasil, mediante uma monarquia constitucional, na qual seria o principal regente. Diante da oposição dos outros conspiradores, republicanos, teria abandonado a trama. Com a denúncia de Joaquim Silvério dos Reis, adiantou-se na devassa, à revelia do Vice-Rei, Luís de Vasconcellos e Sousa, a fim de livrar-se de suspeitas. A morte de Cláudio Manuel da Costa teria sido uma queima de arquivo, já que, no primeiro interrogatório, o poeta se destemperara na acusação dos companheiros. Portanto, em segunda inquirição, poderia envolvê-lo e, quem sabe?, o contratador João Rodrigues de Macedo. Agiu em conivência com o escrivão José Caetano César Manitti, corregedor da Comarca de Sabará, na morte do poeta.

O fato é que o regime republicano implantado em 1889 apogeu-se, para sua legitimação, ao mártir longínquo, Tiradentes. E emudeceu-se quanto ao mártir mais presente, Antônio Conselheiro, cuja evocação lhe era inteiramente inconveniente.

No acórdão de 18 de abril de 1792, que acolheu a denúncia dos acusados, lê-se, por parte dos Ministros que o prolataram: “Mostra-se que entre os chefes e cabeças da conjuração, o primeiro que suscitou as

idéias republicanas foi o réu José Joaquim da Silva Xavier, por alcunha o Tiradentes.” Mais adiante: “mostra-se que este abominável réu ideou a forma da bandeira que devia ter a república (...)”

Teria o termo “república”, nas letras do Acórdão, as variações semânticas de alguns dos intérpretes?

Na controvertida matéria acerca do mito de Tiradentes, ocorre-nos os depoimentos do Frei Raimundo de Penaforte, que minudencia as várias leituras das sentenças, com o insano masoquismo das autoridades em ocultar por longa temporada a Carta Real da Rainha, e o depoimento do Frei José Carlos de Jesus Maria do Desterro, Guardião do Convento de Santo Antônio, cheio de elogios à Soberana e de reverências ao absolutismo. Em ambas as “memórias”, acodem o mesmo pasmo diante da situação e o mesmo espanto pela grandiosidade pessoal de Tiradentes.

Do primeiro se tiram, após o relato da denegação de todos os agravos interpostos pelo advogado dos réus, as palavras de José Joaquim: “Que agora morreria cheio de prazer, pois não levava após si tantos infelizes a que contaminara. Que isto mesmo intentara ele, nas multiplicadas vezes que fora à presença dos ministros, pois sempre lhes pedira, que fizessem dele só, a vítima da lei.”

Do segundo destaca-se a transcrição da voz do condenado à morte: “Desejaria ter mais dez vidas, e poder dá-las por todos eles. Se Deus me ouvira, eu só morreria, não eles.”

Outras definições da grandeza extrema de Tiradentes atravessam os documentos dos religiosos que acompanharam os últimos passos da diligência processual e da execução da sentença. Bastam as breves menções acima para firmar o conceito do mártir, suporte necessário à formação do mito do herói sobreumano e à sua propagação na consciência nacional.

O certo é que as autoras de **A figuração de Tiradentes na ficção brasileira**, palmilhando as sugestões da mitografia no curso da História, trouxeram indispensável contribuição ao estudo da mitografia literária tecida ao longo dos fatos históricos.

A criação literária, por princípio, se afasta da comprovação histórica, pois, por natureza, emprega-se na gestação de um discurso imaginário. No romance histórico, apropria-se do mito já existente e se aprofunda no seu conteúdo, reforçando-o ou conferindo-lhe um grau de literariedade, ainda que sob o formato de texto de opinião. O que Magaly, Zélia e Zina fizeram foi submeter as prosas de ficção sobre Tiradentes a um escrutínio crítico, no que se saíram admiravelmente bem.





## SOUSAS: DE ARRAIAL A PROGRESSISTA DISTRITO DE CAMPINAS

Maria Lúcia de Souza Rangel RICCI

Bem pouco foram até o momento estudados os Distritos de Campinas: Sousas, Joaquim Egídio, Barão Geraldo (este mais que os demais) e Nova Aparecida. Nos últimos meses a imprensa campineira vem divulgando tais espaços sobretudo com relação a Joaquim Egídio e Barão Geraldo.

Como tenho já uma pesquisa em andamento sobre os mencionados distritos, resolvi nesta oportunidade abordar apenas uma pequena parcela da fase inicial do trabalho acerca do antigo Arraial que, historicamente, tem muito a ser pesquisado.

Assim, começo por lembrar que o outrora conhecido como Arraial dos Sousas principiou como um bairro rural, constituindo-se numa região bastante diferenciada da paisagem típica de Campinas por possuir um relevo que apresenta morros e serras, com altitudes que chegam até a 1.100 metros na Serra das Cabras (que é uma porção avançada do Maciço da Mantiqueira) extremo leste do Município. Dista o Distrito cerca de nove quilômetros da cidade.

As corredeiras e pequenos saltos que lá se encontram têm importância significativa para a área, como bem atestam as usinas hidrelétricas de tamanho médio que aparecem nos rios Jaguari e Atibaia, dentro do município campineiro, ao redor da área de Sousas. Apresenta clima com médias térmicas em torno de 21° e pluviométricas com cerca de 1.300 mm/a, possuindo verão quente e úmido e inverno seco.

A parte principal do aglomerado deste Distrito fica ao longo do vale sobre uma pequena planície de nível de base num alargamento maior do espaço, propiciado pela confluência dos ribeirões dos Pires, pela esquerda e das Cabras, pela direita. Constitui-se, pois, num sítio acidentado, cujo relevo ora facilitou, ora dificultou o estabelecimento do homem.

Desde fins do século XVIII e primórdios do XIX a área correspondente ao Município de Campinas já se apresentava ocupada principalmente em decorrência da utilização predatória do espaço, com extração de madeiras e roças de subsistência, de caráter itinerante, que acabaram por destruir o manto florístico primitivo.

Havia também uma agricultura comercial em bases rudimentares, de cana-de-açúcar, com a utilização de engenhos para industrialização do produto.

Sousas teve sua origem quando Aleixo António de Godoi e Bemardo José Sampaio (1830) imbuídos de espírito aventureiro, ultrapassaram a Vila de São Carlos (hoje Campinas), embrenhando-se na vasta mataria, até atingirem as margens do Rio Atibaia, onde acamparam, pois, a farta e variada caça e pesca lhes garantia a sobrevivência. Nômades por índole, não se contentaram em ali ficar e resolveram construir uma ponte de madeira (abundante na mata) para transporem à margem direita do rio, que se lhes afigurava como um espaço novo a ser descoberto.

Em verdade, o avanço do crescimento populacional na direção da depressão periférica, ocorreu a partir dos últimos desemboques das cachoeiras que vêm das regiões montanhosas na altura de Sousas e Joaquim Egídio.

Aos poucos outros indivíduos foram aparecendo, acabando por aderir aos pioneiros e ali também se instalaram em caráter permanente.

O bairro rural foi atraindo a atenção de outros tantos. Desta maneira foi que José Floriano de Camargo e membros da Família Sousas tendo tomado conhecimento da qualidade das terras, quiseram adquiri-las (convém lembrar que a família Sousas possuía desde 1796 uma sesmaria de uma légua quadrada em Anhumas, a NE da então Vila de São Carlos).

Lá estabeleceram suas lavouras canavieiras com os respectivos engenhos. Próximo existiam também outras sesmarias, como Atibaia e Mato Dentro, mas sempre confinadas pela margem esquerda do Rio Atibaia.

Nessa constante chegada de outros forasteiros, o agrupamento foi crescendo e se transformou num modesto arraial que ficou sendo conhecido como Ponte do Arraial.

Para incrementar seu desenvolvimento estes moradores resolveram abrir um caminho para a Vila de São Carlos, que era a mais próxima e o fizeram em direção ao lado do Taquaral de Anhumas.

Em 1833, Augusto Fornaleiro e Antônio de Moraes, entre outros, já faziam parte deste Arraial que ainda não possuía um templo religioso (até então as cerimônias eram celebradas nas casas dos moradores). Foi aí que a família de Joaquim Monteiro construiu a primeira Capela erigida em homenagem a São Sebastião.

Multiplicaram-se, outrossim, as casas dos despossuídos de terras - camaradas, meeiros e arrendatários - além de pequeno comércio (vendas) para atender a população local.

De todas as famílias que vieram para esta área destacou-se a dos Sousas, cujos membros eram proprietários das maiores sesmarias da região. Por isso foi que o Vereador Ricardo Gumbleton Daunt, em 1889, em sessão da Câmara, propôs que fosse dado ao povoado da Ponte do Arraial o nome de Arraial dos Sousas, em homenagem àquela família.

Nesta região já desde meados do século XIX, à medida que a cana-de-açúcar foi cedendo terreno à cultura cafeeira, observa-se que também neste setor, em decorrência da existência de terras férteis e do dinamismo da população, seu crescimento econômico foi grande tanto que, em 1894, houve a necessidade da construção de uma ferrovia a fim de atender à demanda da cafeicultura. Assim, foi então inaugurada a Companhia Ramal Férreo Campineiro, com trinta e três quilômetros de extensão o que muito contribuiu para a infra-estrutura da economia cafeeira na área. Destinava-se a ligar Campinas a Cabras e mais um pequeno ramal unindo o bairro de Joaquim Egídio a uma outra fazenda da

região, distante mais dez quilômetros. O trezinho que cobria este percurso era popularmente denominado de *Cabrita*, justamente por chegar até Cabras, que segundo a tradição popular era um local onde havia muitos exemplares de caprinos.

Neste mesmo ano, a família Salgado doou um terreno à comunidade para a construção da Matriz que foi inaugurada em 1897 sob a invocação de Nossa Senhora do Bom Conselho (nome que foi alterado em 1903 para Sant' Ana). Em 1898 o Arraial foi elevado à categoria de Freguesia de Sant' Ana sendo já um movimentado povoado.

Entre os anos de 1929-30, em decorrência da queda da bolsa de Nova Iorque, houve um sensível abalo na cultura cafeeira do país, o que implicou no corte de muitos cafezais e na queima do café. O produto que havia feito a fama e riqueza de Sosas por quase cem anos de atividades, de repente foi suprimido o que determinou, decorrentemente, o despovoamento da zona rural. Esta mão-de-obra foi para Campinas engrossando fileiras dos que contribuíram para a evolução industrial da cidade, já iniciada a partir dos anos 1850.

Os antigos cafezais sousenses foram transformados em pastos, iniciando-se assim o ciclo do gado na área. O gado que inicialmente não tinha um destino bem definido, aos poucos foi sendo orientado de preferência para a produção do leite.

O núcleo urbano a partir daquele momento entrou em estagnação e a linha férrea deixou de exercer sua função principal para a qual fora criada. A cultura de subsistência, todavia, cresceu. Com o retalhamento de grande maioria das propriedades a paisagem rural de Sosas se alterou ao lado da quase total paralisação de sua vida urbana.

Encontramos em Sosas uma cultura diferenciada com relação à Campinas, sendo que sua população se revela como uma mescla de descendentes de imigrantes (principalmente italianos) além de migrantes mineiros e paranaenses.

A partir de 1946, houve tentativa de loteamento em Sosas (caso, por exemplo, do Jardim Conceição, a sudoeste do aglomerado, à margem da estrada para Campinas), mas ainda sem resultado positivo.

Entretanto, em 1947, a iniciativa particular obteve sucesso quando, ao sul da parte central de Sousas, à margem direita do rio Atibaia, foi isolada uma área para a instalação do Clube Campineiro de Regatas e Natação. Logo após surgiram as Vilas Iório e Sônia e vários outros loteamentos foram se sucedendo com edificações modernas. Crescia também o interesse pela aquisição de chácaras e pesqueiros.

A par da função residencial que Sousas passou a ter, mais sensivelmente a partir dos anos 1980, possui também a comercial, o pequeno comércio diferenciado, a industrial (significativa no Distrito em passado recente), o lazer ecológico, muitas casas noturnas e gastronomia conhecida em toda região, além da manutenção de festas populares de caráter profano-religioso (só para lembrar algumas delas a de Sant' Ana e a de São Sebastião).

Atualmente as novas funções de Sousas com relações múltiplas e amiúdes com Campinas, apresenta adensamentos populacionais notórios, decorrentes, entre outros fatores, pelo fato de grande parte da população útil deste Distrito trabalhar em Campinas, bem assim porque outros tantos cidadãos que lá residiam passaram a habitar Sousas em condomínios de alto padrão, motivados que foram, sobretudo porque toda área que vai deste Distrito a Serra das Cabras é atualmente muito conhecida por ser um agroecossistema de grande beleza onde convivem matas, cachoeiras, nascentes, várzeas, além de vários monumentos geológicos ainda não completamente conhecidos.

Também os bolsões de pobreza começaram a surgir, bem assim várias Casas de Auxílio, cujo desempenho vem se mostrando significativo para Sousas ( é o caso, entre outras, da Creche Gustavo Marcondes, mantida pelo Centro Espírita Allan Kardec, do Núcleo Assistencial e Educacional da Criança e do Adolescente - Naeca e do Centro Comunitário Irmão André - Cecoia).

Quero ainda dizer que a bibliografia sobre tal espaço não é abundante o que torna instigante a procura do material, seu arrolamento e análise, além da tomada de depoimentos junto aos antigos moradores/descendentes deste espaço e da coleta de fotografias (antigas e

atuais) a fim de que, de posse deste acervo se possa fazer a história como uma prática, como produto de uma situação, sempre interrogando seus fundamentos como bem propôs Le Goff e Nora e o que não apenas Sosas como os demais Distritos instigam *a mostrar que a novidade está ligada a novos problemas, novas abordagens, novos objetivos e a novos olhares.*

**Neste iniciar da pesquisa aponto apenas a Bibliografia já utilizada:**

- AB'SABER, A.N. *A Terra Paulista*. São Paulo, Boletim Paulista de Geografia, 1956, n° 23.
- AMARAL, Leopoldo. *A Cidade de Campinas em 1901*. Campinas s/e, 1902.
- AZEVEDO, Aroldo. *Embrões de Cidades Brasileiras*. São Paulo, Boletim Paulista de Geografia, 1957, n° 25.
- CHRISTOFOLETTI, A. e FEDERICI, H. *A Terra Campineira*. Campinas, Mousinho, 1972.
- GUIMARÃES, Alaôr M. *Campinas. Dados Históricos e Estatísticos*. Campinas, Livr. Brasil, 1953.
- MONOGRAFIA HISTÓRICA DO MUNICÍPIO DE CAMPINAS. Rio de Janeiro, Serviço Gráfico do IBGE, 1952.
- MÜLLER, N.L. *Paisagens rurais do Município de Campinas*. São Paulo, *Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros* 1952, v. II.
- OTAVIO, B. e MELILO (org.) *Almanaque Histórico e Estatístico de Campinas*. Campinas, s/e, 1912.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS. *Campinas. Subsídios para a discussão do Plano Diretor*. Campinas, 1991.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS. *Seplama - Secretaria de Planejamento de Meio Ambiente. Plano de Gestão da Área de Proteção Ambiental da Região de Sosas e Joaquim Egídio. APA Municipal*. Campinas, 1996.



## OPSEUDO-TOTALITARISMO POSITIVISTA

Arthur Virmond de LACERDA NETO

Na história do Brasil há mitos, como o de que a nossa colonização operou-se com degredados e o de que a presença holandesa em Pernambuco foi superior à colonização lusa. São erros concernentes ao nosso período colonial. Já no tocante à fase republicana, há outro mito, insidioso e que deturpa completamente o significado do pensamento que poderosamente inspirou a fundação da república entre nós, e ao qual se imputa o advento dos regimes de 1937 (Estado Novo, de Getúlio Vargas) e de 1964 (regime militar).

Refiro-me à influência do Positivismo de Augusto Comte e, em particular, à sua “ditadura republicana”.

De larga aceitação nos meios castrense e civil nos fins do século XIX e até meados do seguinte, o Positivismo, em sua vertente política, fôrmula o conceito de “ditadura republicana”, que a bibliografia brasileira, com certa freqüência, associa a totalitarismo, a despotismo, a tirania. É corriqueira, nos historiadores, nos sociólogos, nos articulistas, a asserção de que os positivistas aspiravam a uma ditadura republicana, asserção que os autores desacompanham da mais mínima explicação do seu significado, por ignorância ou por consciente má-fé, o que sugere ao leitor, de modo sub-reptício, aquela equivocada associação e, de conseqüência, ojeriza pelo Positivismo.

Ora, nos meados do século XIX, quando Comte produziu a sua obra, o termo “ditadura” não apresentava o cariz depreciativo e odioso de que passou a revestir-se depois. Ao tempo, ninguém o vinculava com regimes liberticidas, com a supressão das liberdades de expressão, de

imprensa, de reunião, de protesto, de parede. Ao contrário, ele achava-se vinculado sobretudo à ditadura romana, regime em que alguém ascendia a uma magistratura poderosa pela qual enfrentasse uma situação socialmente excepcional, que requeria uma excepcional e transitória concentração de autoridade em quem a exercia. Longe de encarnar um déspota, o ditador romano correspondia a uma autoridade consentida e legítima.

Comte não adotou o vocábulo ditadura como equivalente de totalitarismo porque não foi este o seu intuito e porque, se o tivesse feito, não teria sido entendido assim, não o poderia ter sido, dado que então a sua aceção não era esta. É claro que ele não poderia ter adivinhado que, com o andar dos tempos, o significado desta palavra cambiaria para o atual. Com efeito, segundo Pedro Laffitte, sucessor de Comte, ele “não dá de modo nenhuma à palavra ditadura o sentido de poder pessoal absoluto que se lhe atribui” (LACERDA, 2003: 29).

O “dictare” latino (ato de enunciar palavras que alguém escreve), empregado em sentido figurado, originou o verbo ditar, ato de prescrever, ordenar, impor algum mandamento. Ditador é quem dita e ditadura é a ação de ditar, independentemente do regime político e da forma governativa correspondentes: são igualmente ditaduras os governos presidencialistas, parlamentaristas, republicanos, monárquicos, despóticos, fascistas, democráticos e quaisquer outros. Tenha o nome que tiver, radique-se em um *único* indivíduo ou em uma assembleia, esteja ou não distribuído por entre os chamados poderes legislativo e executivo, há, sempre, um órgão que emite determinações de cumprimento obrigatório por toda a sociedade, ou seja, em todos há uma fonte do ordenamento jurídico. Tal fonte encarna o ditador e portanto todo governo é ditadura e todo governante é ditador. Neste sentido figuram o substantivo e o adjetivo ao longo de toda a obra de A. Comte.

Contudo, nem toda ditadura é republicana, nem toda ditadura corresponde à concepção positivista. A ditadura republicana significa um governo 1) republicano e não monárquico, 2) uma república presidencialista e não parlamentarista, 3) um presidencialismo temporal e não espiritual.

Do primeiro ítem decorre a substituição das monarquias, forma de governo de base teológica (pois o monarca representa a divindade) e resquício do regime de castas (pois a família real encarna uma casta política); do segundo resulta a abolição das assembléias parlamentares, e o derradeiro justifica o prevaecimento de todas as liberdades públicas.

Na ditadura republicana não há câmara parlamentar, porém tampouco há despotismo: ao invés de as leis fazerem-se em assembléias, fazem-se mediante a participação de toda a sociedade: apresenta o ditador o projeto de lei à sociedade em geral, que manifesta-se livremente, protestando contra ele, censurando-o, emendando-o, apoiando-o, enaltecendo-o. Após três meses, o ditador avalia as manifestações e retira, reforma ou mantém o projeto, tendo em vista o bem público. Em qualquer dos casos, submete a sua decisão à maioria dos votos do eleitorado das capitais. Aprovado o projeto, converte-se em lei. Há, pois, uma democracia direta, muito mais ampla do que a dos regimes parlamentares.

Uma câmara de eleição popular elaborará a lei de meios e fiscalizará a gestão orçamentária do governo.

Característica fundamental da ditadura republicana, sem a qual não há verdadeira república, ainda menos a positivista, traduz-se na instauração, na palavra do positivista ortodoxo Teixeira Mendes, “do mais vasto sistema de liberdades públicas a que jamais se possa aspirar” (LACERDA, 2003:73), mediante a separação dos poderes temporal e espiritual. Ou seja, o Estado administra o bem público, sem a mais mínima compressão das liberdades de expressão, de imprensa e de reunião. E mais as de associação, de ensino, de sindicalização, de parede e mesmo de insurreição, se necessário! A ditadura republicana respeita-as, não as comprime e não interfere em questões de consciência, pertinentes à esfera do pensamento, em qualquer das suas formas.

Por isto “a Ditadura Republicana não originou nenhuma forma de autoritarismo, muito pelo contrário, combateu, combate e combaterá sempre a todas elas, venham de onde vierem, da direita e da esquerda”, assevera o positivista ortodoxo Luis Carlos Corrêa da Costa (LACERDA, 2003: 32).

Segundo ele, “nem a Ditadura Republicana, nem o Positivismo, nem Augusto Comte têm nada a ver com o autoritarismo, e aqueles que responsabilizam o Positivismo pelos arreganhos autoritários que abalaram o mundo, o fazem por ignorância ou má-fé” (*idem*).

Augusto Comte: “uma plena liberdade de exposição e mesmo de discussão é indispensável como garantia permanente contra a degeneração de uma *ditadura* empírica em uma *tirania* retrógrada”, “como garantia da *ordem*” (itálicos meus) (LACERDA, 2003: 84/5).

Longe de a “ordem” positivista equivaler à “ordem” policialesca, ao Estado autoritário e repressivo, no Positivismo ela identifica-se com todas as liberdades.

Apesar disto tudo, criou-se no Brasil o mito de que o Positivismo apresenta índole autoritária, de que equivale a um quase-totalitarismo e de que os regimes de Getúlio Vargas e de 1964 foram positivistas, como aplicações nacionais dos preceitos positivistas. Em nada disto há o menor fundamento.

Se Getúlio tivesse sido positivista de fato, jamais ter-se-ia convertido em tirano em 1937, jamais teria, sobretudo, criado um departamento de propaganda e censura para benefício seu, em que o temporal assumiu funções espirituais ao mesmo tempo em que coibiu as liberdades tão caras ao Positivismo.

Assim exprime-se o positivista gaúcho Mozart Pereira Soares, aludindo a Getúlio: “Muitos, equivocadamente, arrolam-no como positivista ou, no mínimo, simpatizante. A verdade é que nem isso *ele* o foi. [...] Foi um permanente revolucionário, opondo-se às diretrizes de Comte. [...] Com ele, a influência política do Positivismo se extingue no Estado” (SOARES, 1999: 176).

Atente-se: com ele, a influência política do Positivismo não se prolonga, não se mantém, não se afirma, porém, ao contrário, *extingue-se!* Desta extinção teria resultado que o Estado Novo correspondeu à aplicação, em âmbito nacional, da política positivista? É evidente que não.

Outro positivista, ortodoxo, Rubem Descartes de Garcia Paula, assim se exprime, referindo-se ao Estado Novo: “Regime que o velho Getúlio e seus escribas insinuavam como sendo inspirado no Castilhismo e, conseqüentemente, no Positivismo. (*Bobagens, ainda hoje repetidas por outros “desconhecedores da historia” e que não passam de patranhas*) [...] sobretudo a partir de 1937, quando assumiu a ditadura fascista-integralista, Getúlio *renegou. esqueceu-se do que sabia do Positivismo e das ligações que tivera com a obra de Castilhos.*” (itálicos meus)(PAULA: 1982:68).

Exceto a sua obra trabalhista, esta sim, de inspiração positivista, devida à influência do positivista Lindolfo Collor, o estado novo “não passou do ramerrão narcisista; ora obscurecido pela opressão, ora sacudido pela violência da repressão! O que não impedia seus partidários - como *ainda hoje repetem tardios escribas* - de dizerem que a ditadura estado-novista se inspirava ou equivalia à Ditadura Republicana. O que, conforme com o acima exposto, *é incontestavelmente falso!*”. (*idem*, 69).

No governo de Getúlio Vargas, instaurado em 1930, havia três positivistas: 1) o gen. Manoel Rabelo, interventor em S. Paulo até 1932 e que, em 1935, em nome da maioria do exército, recusou o aumento de soldo que Getúlio oferecera à corporação, 2) Lindolfo Collor, que, Ministro do Trabalho, abandonou a pasta ao, em 1932, empastelar se o “Diário Carioca”, em atentado à liberdade de imprensa congeminaada com o beneplácito presidencial, e 3) o gen. Tasso Fragoso, que demitiu-se de Chefe do Estado Maior do Exército ao receber ordem presidencial de bombardear a cidade de S. Paulo. Não há memória de que qualquer dos três haja sido o mentor, o autor ou o apoiador de nenhum ato liberticida praticado por Getúlio.

Tendo a revolução de 1930 revogado a constituição vigente, despontou o movimento pela reconstitucionalização do país, do qual foi um dos cabeças o positivista general Lauro Sodré. Pela restauração de uma Carta Maior no Brasil, pegou em armas contra Getúlio, em 1932, ninguém menos do que o positivista Borges de Medeiros, sucessor de Júlio de Castilhos e de quem Getúlio fora secretário de Estado. Este reagiu prendendo-o e desterrando-o em Pernambuco por dois anos.

Se a estes positivistas animassem inclinações autoritárias, teriam apoiado a ausência de uma constituição, ao invés de pugnam pela sua instituição, cujo efeito foi o de regulamentar os poderes presidenciais, tomando-os, de arbitrários e ilimitados, em circunscritos, e legais, o que correspondia exatamente aos seus propósitos, ou seja, aos de evitar o despotismo.

Mais: durante o Estado Novo não havia *nenhum* positivista nos quadros de confiança do regime, ou seja, dentre o pessoal propriamente político, responsável pela orientação do regime. Havia, ao contrário, um anti-positivista militante, o general Góes Monteiro, que anelava pelo afastamento, do Exército, da mentalidade pacifista e libertária do Positivismo e que, não por acaso, foi um dos mentores da instauração da tirania em 1937.

Em 1945, a propósito da eleição presidencial, disputada pelo gen. Eurico Gaspar Dutra, candidato getulista, e pelo opositor brigadeiro Eduardo Gomes, o positivista ortodoxo Carlos Torres Gonçalves, antigo quadro de confiança de Borges de Medeiros, assim escreveu: “Entre os concorrentes admissíveis, nossa preferência tem de ser pelo que professe maior número de postulados republicanos: [entre os quais] mais respeito pelas liberdades civis e políticas.

Neste momento, dois dois candidatos, um sendo *corresponsável do regime liberticida estabelecido em 1937, está excluído pelos princípios republicanos.*

O outro, *dando-nos a esperança da restauração de nossas tradições de liberdade [...] é o que desperta a nossa simpatia*” (itálicos nossos).

Ao regime militar brasileiro de 1964, Garcia Paula qualifica de “Ditadura fascista que reapareceu como fruto maligno do golpe militar de 1º de março de 1964”. Atente-se à sua adjetivação: ditadura fascista que reapareceu como fruto maligno em 1964, e não ditadura republicana que tivesse reaparecido como fruto benigno naquele ano. O mesmo autor alude também ao “clima de obscurantismo e de terrorismo, forma de subversão contra o povo, implantada em nossa Pátria, sobretudo como efeito do 2º

golpe - o de 1968 - e seu famigerado AI- 5!” (*idem*, 61). Não teria julgado nestes termos o regime militar se este exprimisse a ditadura republicana.

Não entro no mérito de se o movimento de março de 1964 veio a propósito ou a despropósito, se o seu anti-comunismo era louvável ou não. O que me importa caracterizar é a falsidade da filiação entre o Positivismo e a supressão das liberdades verificada durante o regime militar instaurado então.

Mais: comparando tal regime, do Brasil, com as tiranias de Napoleão, de Mussolini, de Hitler e de Salazar, afirma: “de todos os países em que a *odiosa ideologia* grassou e grassa; aquele em que ele - *o fascismo* - causou menos desgraças foi aqui. [...] Mas por que foi o fascismo aqui menos brutal? Dentre outras razões [...] *porque [...] o Brasil foi aquele em que, por contrapartida, o Positivismo exerceu e, conquanto diminuída, exerce uma benéfica influência moderadora.*” (*idem*. 63/4; itálicos nossos).

É de lembrar também os inúmeros protestos do Clube Positivista contra os atos liberticidas praticados pelo regime de 1964, protestos muitos deles formulados por Ruyter Demaria Boiteux, positivista ortodoxo e general do Exército brasileiro.

Também positivista ortodoxo, David Carneiro, o moço, travou, em 1990, acesa polêmica no Centro Positivista do Paraná, ao declarar que o movimento de 1964 fora obra da “parcela mais atrasada do exército”, referindo-se à supressão das liberdades públicas que encarecia.

Ouçamos o positivista ortodoxo Vice-almirante Alfredo de Moraes Filho: “A partir do golpe de Estado, dado por Getúlio Vargas, em 10 de novembro de 1937, que instituiu o Estado Novo, aumentou a tendência a se considerar o positivismo uma doutrina autoritária, ou melhor, despótica.

Depois de outra revolução, a 1964, os sociólogos brasileiros, em suas apreciações, ligaram os dois movimentos à mesma doutrina, o castilhismo.

Estas apreciações, são, porém, *falsas*, decorrentes do desconhecimento da doutrina política positivista.

O Estado Novo foi uma aplicação do fascismo para resolver, naqueles anos, a complicada situação brasileira, proveniente das várias revoluções e envolvida pela difícil situação internacional.

Quanto à revolução de 1964, também foi inspirada no nazi-fascismo [...] nada tendo com a nossa doutrina. *Ambas agiram contrariando princípios fundamentais positivistas* “ (itálicos meus).

Refere-se ainda à “lamentável injustiça dos críticos do positivismo, quando consideram Júlio de Castilhos o avô e Getúlio Vargas, o pai do autoritarismo”.

E pergunta-se: “Como podem os intelectuais brasileiros distorcerem a nossa doutrina, procurando os de esquerda, apresentá-la como fascista e os de direita, como comunista?”. E responde: “*O que há, é má-fé e ignorância*” (itálicos meus).

Ruben Descartes de Garcia Paula” David Carneiro, Ruyter Boiteux e Alfredo de Moraes Filho, todos quatro positivistas ortodoxos e oficiais de alta patente os dois últimos, à unanimidade reprovaram os atos liberticidas do regime de 1964, em cuja conotação autoritária não se pode, com verdade, enxergar nenhuma origem positivista.

Após 1964 houve *um único* positivista no governo, o Almirante Ernesto de Mello Batista, ministro da Marinha do governo do Mal. Castelo Branco. Não foram nem o marechal, nem o seu ministro da Marinha, certamente, os autores nem os mentores dos atos liberticidas verificados após o mandato de Castelo Branco.

Os atos autoritários dos regimes em foco deveram-se à mentalidade própria dos seus autores, da qual o Positivismo achava-se absolutamente ausente.

A mistificação que atribui o autoritarismo de certos civis e militares pátrios ao Positivismo, corresponde a uma forma de eximí-los da responsabilidade pelos abusos dos regimes de 1937 e de 1964. Elegendo o Positivismo como bode expiatório, inculpando-o como o inspirador da repressão às liberdades civis e políticas (cassações, torturas, continuísmo, censura etc.), conotando-o com o odioso de qualquer totalitarismo, alguns

intérpretes intentaram exculpar os mentores daqueles regimes e os autores das suas violências: fizeram obra ideológica no sentido marxista, ou seja, conceberam uma formulação deliberadamente falsa, deturpada do Positivismo, com que justificassem não o que o Positivismo prega e o que os seus adeptos aplaudem, porém exatamente o inverso disto.

Refiro-me em particular (e a eles já Rubem Descartes aludia) às produções de Antonio Paim e de Ricardo Veléz Rodríguez, anti-positivistas brasileiros, em que se encontra, nas do segundo, verdadeiro fanatismo, nas de ambos, a deliberação de denegrir o Positivismo à custa de má-fê e de equívocos grosseiros, em que se distorce a doutrina para achincalhá-la e despertar no leitor desprezo e repulsa por ela, como um ideário alegadamente ultrapassado, justificador da tirania e liberticida. Modelos de desinformação, as obras de ambos desfiguram a doutrina e a sua militância no Brasil, apresentando-as sob a forma de grotescas caricaturas.

COSTA, Luís Carlos Corrêa da. *O autoritarismo e a ditadura republicana*, in Anais da V reunião de positivistas: Belo Horizonte, 1982.

GONÇALVES, Carlos Torres. *República e democracia*. Rio de Janeiro, 1945.

LACERDA NETO, Arthur Virmond de. *A república positivista*, 3ª ed.: Curitiba, Juruá, 2003.

MORAES FILHO, Alfredo de. *O autoritarismo, o positivismo e a república*. in Anais da VIII reunião de positivistas, Rio de Janeiro de 1986.

PAULA, Rubem Descartes de Garcia. *O Positivismo, o Anti-Positivismo e o Fascismo*, in Anais da V reunião de positivistas: Belo Horizonte, 1982.

SOARES, Mozart Pereira. *O Positivismo no Brasil*. Porto Alegre: Editora da Universidade do Rio Grande do Sul, 1999.





## A FESTA MAIOR DO POVO BRASILEIRO

Leonardo Dantas SILVA

A força do cristianismo fez com que, ao longo dos séculos, se mantivessem devoções e festas populares como as de São Nicolau (bispo da Ásia Menor que viveu no ano 300 de nossa era), da Natividade, dos Santos Inocentes, do Ano Novo, dos Santos Reis, de Santo Antônio, São João, São Pedro, Santa Agueda, São Gonçalo e tantas que acontecem, ao mesmo tempo, em diferentes hemisférios.

As mascaradas de inverno, por sua vez, continuaram através dos tempos e se perpetuaram nas festas do Carnaval, que acontecem nos três dias anteriores à quaresma; ou seja, os quarenta dias que vão da quarta-feira de cinzas ao primeiro domingo da Páscoa, destinados pela Igreja Romana à abstinência de carne, orações e sacrifícios.

O Carnaval, da forma como é hoje conhecida, tem suas origens na mais remota antiguidade. Alguns chegam a remontar aos festejos romanos das *Saturnálias*, em honra do deus Saturno, e *Lupercálias*, ao deus Pã, ou Luperco, protetor das colheitas e que geralmente aconteciam no dia 15 de fevereiro. Há ainda quem relacione tais festas ao culto da deusa Isis, e até a deuses gregos, como Dioniso, cujas festas eram caracterizadas pela alegria desabrida, com a supressão da repressão e da censura, e a liberalidade das atitudes críticas e eróticas. No mundo cristão medieval era o período das festas profanas, iniciado na festa dos Reis Magos (Epifania) e que se estendia até a quarta-feira de cinzas, quando tinha início a Quaresma e começava a prática do jejum e abstinência de carne até o domingo da Páscoa. A Igreja Católica foi sempre tolerante para com o carnaval, chegando o papa Paulo II (séc. XV) a promover a animação

da Via Lata, fronteiraça ao seu palácio e que permanecia silenciosa e deserta ao longo do ano, realizando ali um carnaval romano com corridas de cavalos, desfiles de carros, batalhas de confetes, bailes mascarados e outras brincadeiras que se perpetuaram através dos séculos. Mais recentemente tornaram-se famosos os carnavais de Nice, Paris, Veneza, Roma, Nápoles, Florença, Colônia e Munique com suas músicas barulhentas, desfiles de carros alegóricos, com as suas críticas e licenciosidades, bailes de máscaras e desfiles de mascarados pelas ruas, dando assim inspiração a literatos, artistas e compositores.

## 1. O ENTRUDO PORTUGUÊS

E o carnaval em Portugal?

Em Portugal, como na Espanha e em algumas cidades da França, bem como em outros recantos da Europa, o carnaval era tão somente o entrudo brutal. Como melhor explica Júlio Dantas, em artigo publicado na *Gazeta de Notícias* em 21 de fevereiro de 1909:

*Nós, portugueses, nunca compreendemos que o entrudo pudesse ser uma festa de arte como na Itália da Renascença, nosso entrudo, o santo entrudo lisboeta, foi sempre fundamental e caracterizadamente porco. O século XVIII, então, excedeu a todos os outros. Foi o século típico do entrudo nacional [...]. Todos com a casaca de seda a escorrer ovos, a cara empastada de sangue e lama, cobertos das maiores imundices e dos mais sórdidos desejos, corriam as ruas debaixo da saraivada dos pós de panelas, das laranjas de cheiro, da farinha, dos esguichos, dos ovos de gema, de toda água vai que jorrava das rótulas estreitas e dos postigos mouriscos...*

Ainda em Portugal, Antônio Morais Silva (Rio, 1755 - Recife, 1824), autor do primeiro *Dicionário da Língua Portuguesa* (1786), quando

estudante na Universidade de Coimbra, foi denunciado ao Tribunal do Santo Ofício (Inquisição), em 17 de maio de 1779, por ter comido, juntamente com outros colegas de sua “república”, um presunto na terça-feira do entrudo. Repetindo o feito na Quarta-Feira de Cinzas, em pleno período da Quaresma, época em que os católicos eram obrigados a absterem-se de carne de qualquer espécie. Para fugir do processo da Inquisição de Coimbra, o nosso primeiro dicionarista transfere-se para Pernambuco, onde veio a ser proprietário do engenho Muribeca (Cabo de Santo Agostinho) tendo falecido no Recife em 11 de abril de 1824.<sup>1</sup>

No Brasil o que se viu, por mais de quatro séculos, foi a selvageria do entrudo português. Originário do latim, *introitus*, e já conhecido documentadamente na Península Ibérica desde o século XIII, a festa acontecia nos três dias que precediam a *Quarta-Feira de Cinzas*, na qual quase tudo era permitido, não somente no Brasil como em toda a América Espanhola, em que reinava o “entrudo porco e brutal”, como bem descreve os versos de Antônio Serrão de Castro (1613-1685):

Filhós, fatias, sonhos, mal assadas,  
 Galinhas, porcos, vaca e mais carneiro  
 Os perus em poder do pasteleiro,  
 Esguichar; deitar pulhas, laranjadas;  
 Enfarinhar; pôr rabos, dar risadas,  
 Gastar para comer muito dinheiro,  
 Não ter mãos a medir o taberneiro  
 Com réstias de cebolas dar pancadas;  
 Das janelas c’um tanho dar na gente,  
 A buzina a tanger; quebrar panelas,  
 Querer em um só dia comer tudo;  
 Não perdoar arroz, nem cuscuz quente,  
 Despejar pratos e alimpar tigelas,  
 Estas festas são do gordo Entrudo.

<sup>(1)</sup> Arquivo Nacional da Torre do Tombo - Inquisição de Coimbra, Proc. nº 8094.

Em Pernambuco o entrudo é conhecido desde os primeiros anos da colonização, como se depreende do depoimento de Maria d'Almeida, prestado quando da Primeira Visitação do Santo Ofício em Olinda, perante o visitador Heitor Furtado de Mendonça, em 9 de agosto de 1595. Segundo ela, remontando a fatos observados “há cerca de quarenta anos”, no Engenho Camaragibe, o seu proprietário Diogo Fernandes, cristão-novo marido da também cristã-nova Branca Dias, “*servia a sua gente num dia de entrudo, peixe e na Quarta-Feira de cinzas, porco*”.

Ainda nas mesmas *Denúncias de Pernambuco*<sup>2</sup>, em depoimento datado de 10 de novembro de 1593, Diogo Gonçalves, lembrando fatos observados em 1553, diz que, no mesmo engenho Camaragibe, o supra citado Diogo Fernandes ofereceu aos seus trabalhadores como almoço “*numa terça-feira de entrudo*” algumas tainhas secas. No dia seguinte, uma quarta-feira de Cinzas, dia de abstinência de carne segundo o mandamento da Igreja Católica Romana, chamou todos a sua casa e ofereceu como alimento a carne de uma grande porca, que havia abatido naquele dia, o que foi motivo de grande escândalo entre os presentes.

Diogo Fernandes e Pedro Álvares Madeira, ambos de origem judaica, receberam as terras onde seria edificado o engenho Camaragibe em 1542. Treze anos depois, em 1555, foram as suas plantações destruídas por ataque dos índios, ficando o primeiro “muito pobre com seis ou sete filhas e dois filhos, sem ter com que os possa manter pela dita perda”, segundo carta de Jerônimo de Albuquerque ao Rei de Portugal.<sup>3</sup>

Tais fatos vêm demonstrar que a presença das festas do entrudo em Pernambuco data da primeira metade do século XVI, sendo constante a sua presença nos séculos que se seguiram, conforme se depreende dos depoimentos de viajantes que aqui aportaram.

---

<sup>(2)</sup> PRIMEIRA Visitação do Santo Ofício às partes do Brasil - confissões e denúncias de Pernambuco 1593-94. Leonardo Dantas Silva (Org.) Recife: FUNDARPE, 1984. (Coleção pernambucana, 2ª fase, v. 14).

<sup>(3)</sup> ANTT, Lisboa. Parte I, maço 96, doc. 74.

Henry Koster, viajante inglês que residiu em Pernambuco entre 1809 e 1820, descreve com detalhes o folguedo do entrudo na zona rural, no seu livro clássico *Travels in Brazil* (Londres 1816), objeto de sucessivas edições em língua inglesa e traduzido para o português por Luís da Câmara Cascudo<sup>4</sup>. Outro viajante a documentar com graça a brincadeira do entrudo foi o francês Louis-François de Tollenare<sup>5</sup>, que residiu no Recife entre 1816 e 1817, tendo anotado em seu diário em 9 de março do último ano:

*O carnaval ou entrudo não admite outros folguedos, senão o de assaltos recíprocos com bolas de cera cheias d'água no rosto; é permitido retaliar; a guerra é assaz animada e presta-se a alguns tours de mains. Como não se está vestido adequadamente aos perigos aos quais se expõe acaba-se por ficar despido...*

A brincadeira do entrudo veio a ser documentada por Jean Baptiste Debret, pintor e engenheiro francês chegado ao Brasil em 1818 com a Missão Artística Francesa e que aqui permaneceu por quinze anos, que além de descrever a festa e o modo de confeccionar as “limas de cheiro” dedica-lhe um dos seus documentários em cromolitografia: “*Cenas de Carnaval*”.

## 2. A FESTA DA MASCARADA

O Carnaval, propriamente dito, da maneira em que é conhecido em nossos dias é festa relativamente recente. Os primeiros registros datam

<sup>(4)</sup> KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. Tradução e notas de Luiz da Câmara Cascudo. Recife: SEC/Departamento de Cultura, 1978. (Coleção pernambucana, 1ª fase; v. 17).

<sup>(5)</sup> TOLLENARE, L. F. de. *Notas dominicais*. Tradução de Alfredo de Carvalho. Recife: SEC/Departamento de Cultura, 1978 (Coleção pernambucana, 1ª fase; v. 16) p. 128.

do final da primeira metade do século XIX, quando da realização dos bailes de máscaras no Rio de Janeiro.

Os bailes de máscaras apareceram com o intuito de civilizar o entrudo, tendo o primeiro acontecido em 1840 no Rio de Janeiro, promovido pela mulher de um hoteleiro, sendo ele situado no Largo do Rossio, segundo notícia *O Jornal*: “Hoje, 22 de janeiro, no Hotel Itália, haverá baile mascarado com excelente orquestra, havendo dois *cornets à pinton*”.

O sucesso do primeiro baile fez com que a promoção se repetisse em 20 de fevereiro do mesmo ano, sendo assim anunciada: “Baile de Máscaras como se usa na Europa, por ocasião do carnaval”.

Esses bailes, bem à moda dos carnavais de Veneza, Nice ou Paris, tiveram sucedâneos no Recife. O primeiro deles veio acontecer na Passagem da Madalena (Rua Benfica), sendo objeto de correspondência publicada pelo *Diario de Pernambuco* de 13 de fevereiro de 1845, subscrita por “Um Mascarado”: “o divertimento inocente, inteiramente novo para esta Província, teve estas feições: ordem, decência, regozijo e bom gosto. Para o primeiro ensaio força confessar que o baile teve belas feições [...] Entre os 33 mascarados que apareceram, dez trajando com gosto, propriedade e elegância são alguma cousa...” - O tema é objeto das edições dos dias 17 de fevereiro, 1º e 10 de março de 1845.

No ano seguinte, em sua edição de 19 de fevereiro, o *Diario de Pernambuco* traz o convite para a festa que tinha o título de “Carnaval Campestre”, prevista para a segunda-feira, dia 23, na casagrande do sítio do sr. Brito no Cajueiro (local hoje ocupado pelo Real Hospital Português de Beneficência), pedindo o “mestre-sala” aos convidados o comparecimento “com suas famílias no traje mais simples possível. Este pedido é para comodidade e liberdade dos mesmos convidados. Adverte o mestre-sala que os srs. convidados que quiserem ir ao baile mascarados o poderão fazer, participando-lhe com antecedência” - parecia haver um sensível cuidado com os “penetras”, sobretudo no que diz respeito à segurança do chamado sexo frágil.

O primeiro baile de máscaras aberto ao público, mediante cobrança de ingressos, vem a ser anunciado pelo *Diario de Pernambuco* de 18 de fevereiro de 1848, sob o título “Um Baile Mascarado”:

*No ano de 1844 teve lugar no Teatro São Pedro de Alcântara da Corte do Rio de Janeiro o 1º Baile Mascarado pelo tempo do carnaval. [...] Pernambuco, cuja capital rivaliza em luxo e polidez com a Corte deste Império, não deve ser vítima dos prejuízos [preconceitos] do século XVIII. E contando com a civilização e polidez dos habitantes desta segunda capital do Império que vai se dar este ano o primeiro Baile de Máscaras público debaixo das condições seguintes que serão religiosamente guardadas...*

O baile aconteceu na Estância - área da antiga estância de Henrique Dias (séc. XVII) hoje ocupada pelas Ruas Henrique Dias, das Fronteiras, parte da Rua Dom Bosco e Praça do Chora Menino - na casa do sr. José Batista Ribeiro de Farias, segundo noticia o mesmo jornal em sua edição daquele ano.

Os bailes mascarados passaram a ser uma constante na vida social da cidade do Recife, durante o período carnavalesco, transferindo-se das residências para os teatros como o Santo Antônio e o Santa Isabel, e este no carnaval de 1869, recebeu “um batalhão de máscaras, cada um dos quais fazia no vestuário uma letra garrafal do alfabeto romano” (*Diario de Pernambuco*, 10.2.1869). Neste mesmo ano, a 19 de setembro, o Teatro de Santa Isabel vem a ser destruído por um incêndio, o que deu lugar ao aparecimento na Rua das Florentinas (primeiro trecho da atual Avenida Dantas Barreto) do Teatro de Santo Antônio, construído pelo empresário José Duarte Coimbra que o inaugurou em 26 de fevereiro do ano seguinte.

Na imprensa se torna comum o anúncio de casas comerciais vendendo todo tipo de máscaras “de massa e arame”, Armazém do Vapor Francês, Rua Barão da Victória nº 7 (Rua Nova), que na edição do *Diario de Pernambuco* de 9 de fevereiro de 1875 anunciava um estoque de “seis mil máscaras”.

Já no ano de sua inauguração o Teatro de Santo Antônio realiza o seu primeiro baile de mascarados, merecendo o seguinte comentário do *Diário de Pernambuco*, em sua edição de 4 de março de 1870, na secção “Publicações a pedido”: “... a mocidade ressuscitou e cedo se animou nesses dias de prazer e nessas noites infernais. Saiu, infernais nos grandes bailes de máscaras. O teatrinho Santo Antônio foi o ponto principal da folia [...] Nos bailes no Teatro de Santo Antônio houve muita ordem a par de muita extravagância carnavalesca, a concorrência foi espantosa”...

Dos salões os mascarados ganharam as ruas, com seus grupos a pé e a cavalo, estes ricamente ajaezados com seus arreios em prata, marcando assim o início do carnaval da burguesia dos anos cinqüenta do século XIX. O entrudo português, perseguido desde os tempos de Felipe II (1598-1621), foi cedendo lugar a costumes mais civilizados bem ao gosto dos carnavais de Paris, Nice, Veneza, Nápoles, Colônia e Munique.

É desta época o aparecimento de grupos mascarados de expressão, a tomar conta das ruas dos bairros do Recife, Santo Antônio, São José e Boa Vista, em carros abertos puxados por cavalos, ou mesmo a pé, segundo comenta o *Diário de Pernambuco*, em sua edição de 14 de fevereiro de 1853:

*Retrospecto semanal - Falando acerca do entrudo ou carnaval havíamos dito que embora não fosse a mascarada uma espécie de divertimento isento de graves inconvenientes, contudo nos parece preferível ao folguedo grosseiro e bárbaro d'água, dos vermelhões, das fontes podres, etc. A nossa asserção pois, segundo nos parece, tomada ao pé da letra, é que o gosto pelas máscaras desenvolveu-se prodigiosamente neste ano. Brilhantes passeios de carros e a cavalo e até mesmo a pé, quatro bailes noturnos, sendo dois no Apolo e dois no Santa Isabel, ofereceram aos mascarados boas ocasiões de se divertirem. Assim passou o carnaval. O triunfo das máscaras sobre*

*o estrudo d'água, é um bem apreciável: os costumes se amenizam nem se purificam de outra sorte, as transições são indispensáveis e inevitáveis; e o que hoje vence, por menos bárbaro e prejudicial, amanhã será vencido.*

No carnaval seguinte, após enaltecer a diminuição das “batalhas” com limas-de-cheiro, o *Diario de Pernambuco* anuncia, em sua edição de 6 de março de 1854, o aparecimento de um conjunto de mascarados a imitar um cortejo de reis negros, ao sair com seus *maracatus* nas festas de Nossa Senhora dos Prazeres dos Montes Guararapes, ou nas festas de Nossa Senhora do Rosário, das irmandades dos homens pretos de suas igrejas nos bairros de Santo Antônio (séc. XVII) e Boa Vista (séc. XVIII).

*Entretanto o que mais parece ter entretido o povo e cativado o seu interesse, foi sem dúvida a imitação dos costumes dos africanos, na maneira por que fazem seus ordinários divertimentos, os seus maracatus. A imitação com efeito foi fiel, e os caracteres figurativos não podiam ser mais expressivos. Ver um desses grupos mascarados, é ver em dia do Rosário o rei de uma nação africana, debaixo da grande umbela, acompanhado dos seus súditos masculinos e femininos, a fazerem-lhe mil festas, dançando e saracoteando aos som dos mais esdrúxulos instrumentos, era ver a mesma cousa sem a menor diferença.*

A crítica continuou bem presente nos grupos de mascarados, tendo o escritor Antônio Pedro Figueiredo registrado, em sua secção “A Carteira”, do *Diario de Pernambuco* de 3 de março de 1857:

*...a imensa quantidade de máscaras que percorreram as ruas da cidade a pé, a cavalo e em carros. Apareceram muitas extravagâncias e caprichos nos disfarces, mas haviam também interessantes e historicamente vestidas [...] Entre*

*as mais interessantes notava-se um grupo fingindo alguns engenheiros ingleses, ocupados nos trabalhos do caminho de ferro e das obras de iluminação a gás desta cidade. Foi com efeito o disfarce mais espirituoso e pitoresco que se apresentou. Todos os indivíduos trajavam calça, paletó, polaina e luvas brancas, com chapéus-de-sol cobertos com fazenda também branca e com vários instrumentos científicos [...] Desta forma trajados e imitando os gestos daqueles que representavam, andavam pelas ruas levantando plantas e traçando nivelamentos.*

Em 1859, novamente O *Diário de Pernambuco* registra, em 8 de março, a presença da mascarada a tomar conta das ruas: “Está em seu fervor o carnaval e a mascarada tem concorrido este ano com toda sua animação. Nesse divertimento, que muito bem substituiu o entrudo, aparecem algumas vezes lembranças com aquele espírito que falta a quase todos os nossos máscaras”.

### 3. AS SOCIEDADES CARNAVALESCAS

A paisagem carnavalesca da segunda metade do século XIX, no Recife, tem sua origem nesses bailes de máscaras. Foram eles as primeiras manifestações do Carnaval propriamente dito, antecedendo a folia que veio a imperar nas ruas do Recife e de Olinda, bem como em outras cidades pernambucanas. Os passeios de mascarados nas ruas centrais vieram dar origem às primeiras sociedades carnavalescas, bem à moda do carnaval europeu, inclusive com um forte apelo para a crítica de costumes. A primeira delas foi o *Club dos Azucrins*, que começou a desfilar no carnaval de 1869, segundo noticiário da secção “Gazetilha”, do *Jornal do Recife* de 6 de fevereiro de 1875, que anuncia os festejos do sexto aniversário da agremiação.

O gosto pelo carnaval europeu e a necessidade de separação de classes sociais fizeram surgir os clubes de alegorias e críticas, que passaram a ser presença esperada todos os anos. Em 1882 surgiu o *Club 33*, cujo jornal vem a circular no mês de março daquele ano, seguindo-se do *Club Cavalheiros da Época*, que vem a aparecer quatro anos depois, com seus carros alegóricos, ricas fantasias, ‘estandartes de veludo bordados a ouro e pedrarias, fanfarras de clarins, orquestras e alegorias, com críticas alusivas à política e aos costumes. Essas sociedades, antecessoras do nosso atual *Clube de Máscaras O Galo da Madrugada* (na verdade também um clube de alegorias), eram formadas por pessoas pertencentes às classes de maior poder aquisitivo e vinham às ruas em carros de tração animal, ladeados por esquadrão de cavalarianos.

No carnaval de 1887 vem surgir o *Club dos Caiadores*, tendo o *Diário de Pernambuco*, em sua edição de 17 de fevereiro, segundo informação coletada pelo pesquisador Evandro Rabello, assim anunciado:

Nota Oficial - Club Carnavalesco Caiadores de 80 anos - *O clube acima mencionado, desejando dar mais distração ao respeitável público, nos três dias de festas carnavalescas, vem pela imprensa cientificar que nestes três dias percorrerá em toda ordem as ruas desta cidade. O mesmo pede aos moradores da Rua da Senzala Nova [Domingos José Martins] que à noite ilumine as frentes de suas casas, ficando desde já agradecido pelo merecimento que espera ter. Recife, 14 de fevereiro de 1887. Aprígio de Almeida, secretário.*

O *Jornal do Recife*, em sua edição de 17 de fevereiro do mesmo ano, informa que o Clube dos Caiadores sairá de sua sede no bairro do Recife, tendo no ano seguinte aquela sociedade carnavalesca feito editar um jornal, *O Caiador*/que veio a circular em números especiais entre 1º de fevereiro de 1888 e 21 de fevereiro de 1907. No *Jornal Pequeno* de 6 de fevereiro de 1908, o cronista carnavalesco Osvaldo de Almeida, sob o pseudônimo *Pierrot*, assim comenta: “... o decano dos clubes pedestres, *Caiadores*, solicita dos seus sócios preparar as suas varas e brochas para

o trabalho dos três dias de Momo [...] a reunião terá lugar pelas 7 horas da noite na Rua do Farol nº 32”.

Desta informação se depreende que o *Caiadores* era o clube pedestre mais antigo então em atividade no início deste século, tendo sua sede no bairro do Recife e não na Rua de Hortas, como mencionam alguns autores quando tratam da fundação do *Clube das Pás* (1890). O vocábulo *caiador*; segundo Pereira da Costa, in *Vocabulário Pernambucano*, conceitua: “homem de idade propecta, fraco, inutilizado; ‘o velho que não serve’ (*Marmota Pernambucana*, nº 54 - 1850)”, ou como nos versos do jornal *A Pimenta*, nº 52 - 1902: “*Do quitute do casório/Quis ela ter o sabor;/Mas o Zé, fato notório, /Era um triste caiador.*”

Com a abolição da escravatura negra, em 1888, e a proclamação da República, no ano seguinte, aumentou sensivelmente o número dessas sociedades carnavalescas, algumas delas, a exemplo das irmandades relegiosas, formadas por trabalhadores urbanos, que vieram a contribuir com o surgimento de novos clubes pedestres no carnaval do Recife. Assim é que o *Jornal do Recife*, nas edições de 1º, 2 e 3 de março de 1889, em notícia recolhida por Evandro Rabello, traz a fundação do “*Club Carnavalesco Vassorinha* (sic):

*Com este título organizou-se um novo club que nos três dias de Carnaval percorrerá as principais ruas desta capital, trajando com um agradável figurino aos apreciadores do festim, fazendo então suas manobras nos pontos determinados. Também fazemos cientes às pessoas que queiram ter as frentes de suas casas limpas, em vista da grande afluência de pó, que dirijam-se à rua de ... nº, que acharão com quem tratar. O fiscal, M.C.*

Tais clubes, ao contrário das Sociedades de Alegorias e Críticas, eram formados por pessoas pobres e remediadas originárias de categorias de trabalhadores urbanos, como comerciários, funcionários públicos, alfaiates, costureiras, talhadores, estivadores, funileiros, gazeteiros, verdureiros, tecelões, carvoeiros, dentre uma infinidade de

outras profissões, tendo geralmente um ou mais sócios beneméritos que se encarregavam da maior parte das despesas com os desfiles carnavalescos.

#### 4. OLHA O FREVO!

No calor dos desfiles de tais sociedades e do repertório em uso pelas bandas militares sediadas no Recife, foi sendo gerado o embrião da *marcha-carnavalesca pernambucana*, que veio a dar origem ao nosso *frevo*. Aliado aos passos dos capoeiristas, originário dos golpes marciais da capoeira angolana, surge o *passo* como coreografia do frevo.<sup>6</sup>

Como música, o *frevo* tem sua origem no repertório das bandas militares em atividade na segunda metade do século XIX no Recife: O maxixe, o tango brasileiro, a quadrilha, o galope e, mais particularmente, o dobrado e a polca-marcha, combinaram-se, fundiram-se, dando como resultado o *frevo*, criação do carnaval do Recife ainda hoje em franca evolução musical e coreográfica.

Derivado do verbo ferver, particularmente nas suas variantes fervorescente, efervescente, - palavras então conhecidas popularmente como *frever*; *frevorescente* e *efrevesciente* -, o *frevo* lembra ainda, segundo Luís da Câmara Cascudo, in *Locuções tradicionais no Brasil*.<sup>7</sup> “confusão, movimentação desusada, rebuliço, agitação popular”, ou ainda, para Pereira da Costa, in *Vocabulário Pernambucano*, “apertões de grande massa popular no vaivém em direções opostas, como pelo carnaval, e nos acompanhamentos de procissões, passeatas e desfilar de clubes carnavalescos”.

No meio dos clubes carnavalescos o vocábulo *frevo* já se encontrava, presente em 1907, segundo demonstra Evandro Rabello em

---

<sup>(6)</sup> *Bandas musicais de Pernambuco: origens e repertório*. Leonardo Dantas Silva, organizador. Recife: Governo do Estado de Pernambuco, Secretaria do Trabalho e Ação Social, Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT. 395 p. il. Inclui bibliografia. Contém 10 arranjos musicais.

<sup>(7)</sup> CASCUDO, Luís da Câmara. *Locuções tradicionais do Brasil* Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1970. p. 313.

artigo sobre Osvaldo de Almeida, publicado no *Diário de Pernambuco* de 11 de fevereiro de 1990.<sup>8</sup> Naquele ano 1907, o *Clube Carnavalesco Empalhadores do Feitosa* publicava no *Jornal Pequeno*, edição do sábado de carnaval, 9 de fevereiro, o repertório da agremiação onde aparece O Frevo como uma das marchas a ser executadas pela orquestra:

Empalhadores do Feitosa, em sua sede que se acha com uma ornamentação belíssima. fez ontem esse apreciado clube o seu ensaio geral, saindo após em bonita passeata, a fim de buscar o seu estandarte que se acha em casa do sr. Alfredo Bezerra, sócio emérito do referido clube. O repertório é o seguinte:

Marchas *Priminha, Empalhadores, Delícias, Amorosa, O Frevo, O Sol, Dois Pensamentos e Luís Monte, José de Lyra, Imprensa e Honorários; Ária - José da Luz; Tango - Pimentão. Agradecemos o convite que nos foi enviado para o segundo dia de carnaval. (grifo nosso).*

Para o carnaval de 1907, o *Clube Empalhadores do Feitosa* contratou como orquestra a primeira fração da Banda da Polícia Militar, realizando o seu ensaio geral na quinta-feira, dia 7 de fevereiro, no Hipódromo, onde se encontrava a sua sede, fazendo no primeiro dia de carnaval uma visita à povoação da Torre, seguindo depois para o seu “passeio” pelos bairros do centro do Recife.

O outro registro do vocábulo, “atribuído como uma criação do cronista Paula Judeu”, Osvaldo da Silva Almeida (1882-1954), surge no mesmo *Jornal Pequeno* de 12 de fevereiro de 1908, na coluna *Carnaval*, assinada por aquele jornalista com o pseudônimo *Pierrot*, a partir de 31 de janeiro daquele ano. Em sua edição de 22 de fevereiro de 1909, *O Jornal Pequeno* traz na sua primeira página uma interessante gravura de autor

<sup>8</sup> RABELLO, Evandro. “Osvaldo Almeida - o mulato boêmio que não criou a palavra frevo”, *Diário de Pernambuco*, 11 de fevereiro de 1990. RABELLO, Evandro. “O aparecimento da palavra frevo”, in *Revista de História Municipal*. Recife: FIAM, Centro de Estudos de História Municipal, 1997 p.93-99.

desconhecido com a frase *Olha o Frevo*, anunciando desta maneira os festejos carnavalescos daquele ano. Pereira da Costa, em seu *Vocabulário Pernambucano*,<sup>9</sup> assim comenta: “O termo frevo, vulgaríssimo entre nós, apareceu no carnaval de 1909: *Olha o Frevo!*, era a frase de entusiasmo que se ouvia no delírio da confusão e apertões do povo unido, compacto, ou em marcha acompanhando os clubes”.

Na segunda década dos anos vinte, o vocábulo e seus derivados aparecem com frequência no noticiário carnavalesco da imprensa do Recife:

- O apertão do *frevo*, nesse descomunal amplexo de toda uma multidão que se desliza, se cola, se encontra, se roça, se entrechoca, se agarra (*Jornal do Recife*, nº 65, 1916).
- O *frevo que mais consola*, / O que mais nos arrebatava, / É o *frevo que se rebola* / Ao lado de uma mulata. (*Diário de Pernambuco* nº 66, 1916).
- Os rapazes souberam arranjar uma orquestra tão boazinha, que vem dar uma vida extrapiramidal ao rebuliço do *frevo*. (*O Estado de Pernambuco* nº 48, 1914).
- O clube levará um dos seus carros com uma pipa do saboroso *binho verde* para distribuir com o pessoal da *frevança*. (*Jornal Pequeno* nº 39, 1917).
- Do mundo a gente se esquece / Pinta a manta, pinta o bode, / E se o *frevar* recrudescer / Mais a gente se sacode. (*Diário de Pernambuco* nº 66, 1916).

Rodolfo Garcia, no seu *Dicionário de Brasileirismos (Peculiaridades Pernambucanas)*,<sup>10</sup> transcrevendo trecho dos versos publicados no nº 32 de *A Província*, Recife 1913, assim registra:

<sup>(9)</sup> COSTA, F. A. Pereira da. *Vocabulário pernambucano*. Prefácio de Mário Souto Maior. Recife: SEC; Departamento de Cultura, 1967. 816 p. (Coleção Pernambucana; 1ª fase, v. 2).

<sup>(10)</sup> GARCIA, Rodolpho. *Dicionário de brasileirismos. (Peculiaridades pernambucanas)*. Separata da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro v. 76, p. 633-947. Rio de Janeiro, 1913.

O Frevo, palavra exótica  
Tudo que é bom diz, exprime,  
É inigualável, sublime,  
Termo raro, bom que dói...  
Vale por um dicionário,  
Traduz delírio, testança,  
Tudo salta, tudo dança,  
*Tudo come, tudo rói...*

## 5. UMA BIBLIOGRAFIA ESPERADA

Muito embora seja o Carnaval a nossa maior festa, foram poucos os estudos a ela dedicados no Brasil. O mesmo acontece na Europa, onde a festa é vista mais pelo seu lado exótico e ao lado de suas origens mitológicas, como se depreende das obras de Julio Caro Baroja, *Eu Carnaval* (1979), e Claude Gaignebet, *Le Carnaval* (1974).

Nos raros estudos sobre o Carnaval Brasileiro sente-se a falta de uma bibliografia básica para o aprofundamento de determinadas questões. Os estudos sobre o tema são, em sua maioria, objeto de sintéticos artigos de jornais e de revistas, faltando em seu conteúdo a pesquisa de campo mais apurada de modo a esclarecer conclusões e afirmações contidas em tais textos.

O estudo das origens e evolução do nosso Carnaval carece de uma obra que consolide os seus múltiplos e variados aspectos, nesses quase cinco séculos de Brasil. Ainda está por se escrever uma obra que venha dar ao leitor a história social do nosso Carnaval, desde os primórdios com o entrudo do século XVI, passando pelos bailes de máscaras, associações carnavalescas e clubes pedestres do século XIX, às monumentais escolas de samba e ao carnaval elétrico dos nossos dias.

No âmbito do Carnaval do Rio de Janeiro merece destaque a produção da jornalista Eneida Costa de Moraes, *História do carnaval carioca* (1958), e mais recentemente a de Maria Clementina Pereira Cunha, *Ecoss da Folia - Uma história social do carnaval carioca entre 1880 e*

1920 (2001), existindo outras abordando aspectos diversos do ciclo carnavalesco.

Em Pernambuco, o primeiro a se interessar por aspectos do nosso Carnaval foi o recifense Francisco Augusto Pereira da Costa (1851- 1923), o grande mestre das coisas de Pernambuco. Referindo-se a ele, o nosso poeta maior João Cabral de Melo Neto, diz que “*sem o sotaque do escritor/nem o demônio do missionário, /só quis de pernambucania/ser simples professor primário*” .

Ao contrário de grande parte dos seus contemporâneos, Pereira da Costa preocupou-se com aspectos de nossa cultura popular, registrando-os em sua obra maior, *Anais Pernambucanos* (10 volumes) e em outros trabalhos específicos, como *Folk-Lore Pernambucano - subsídios para a história da poesia popular em Pernambuco* (1905) e *Vocabulário Pernambucano* (1936). Esta última serviu de base ao mestre Luís da Câmara Cascudo na elaboração do seu *Dicionário do Folclore Brasileiro* (1954).

Depois de Pereira da Costa, o Carnaval do Recife vem a ser objeto de pesquisa por parte do escritor Valdemar de Oliveira, em ensaio denominado “O frevo e o passo, de Pernambuco”, publicado em 1946 no volume sexto do *Boletim Latino-Americano de Música* (Rio: Imprensa Nacional, 1946 p.157-192), publicação dirigida pelo musicólogo Curt Lange. O artigo em causa veio a gerar o livro, hoje clássico: *Frevo, capoeira e passo*; publicado pela Companhia Editora de Pernambuco em 1971.

Outro grande estudioso do nosso Carnaval foi o maestro César Guerra Peixe que, residindo no Recife entre 1949 e 1952, realizou trabalhos de pesquisa no âmbito dos caboclinhos e dos maracatus. Seus estudos vieram dar lugar ao também clássico *Maracatus do Recife*, editado por Irmãos Vitale em 1957, com uma segunda edição dentro da Coleção Recife em 1981.

A visão das manifestações folclóricas que acontecem em nossa festa vieram a ser estudadas nos anos sessenta pela antropóloga norte-americana Katherine Royal Cate. Nascida em Anápolis, Estado de Maryland, em 7 de dezembro de 1927, residindo algum tempo no Rio de Janeiro, veio casar-se no Recife, em 1951, com o professor Robert Brancoft

Cate. Retornando ao Recife em 1964, a autora passa assinar seus artigos como Katarina Real. Os seus estudos vieram dar lugar ao hoje clássico, *O Folclore no Carnaval do Recife*. Publicado em 1967 pela Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro. O livro recebeu uma nova edição em 1990, revista e bastante ampliada, a cargo da Editora Massangana da Fundação Joaquim Nabuco.

No âmbito da bibliografia carnavalesca pernambucana, merece destaque a obra da pesquisadora da Fundação Joaquim Nabuco, Rita de Cássia Araújo, *Festas: máscaras do tempo. Entrudo, mascarada e frevos no Carnaval do Recife* (1996). O livro aborda aspectos sociais de nossa festa maior na segunda década do século XIX e início do século XX. Outro estudo de importância no gênero é da lavra do jornalista José Teles, *Do frevo ao manguêbeat* (2000), que aborda o Carnaval do Recife a partir da música gravada, dando um especial enfoque para a importância da Fábrica de Discos Rozenblit que, por quase três décadas, foi a mais importante divulgadora da produção musical do Nordeste brasileiro. Encerrando este tópico, acerca dos novos estudos sobre o tema, vale lembrar os livros *Antologia do Carnaval do Recife* (Massangana, 1991), de Mário Souto Maior e Leonardo Dantas Silva, e *Carnaval do Recife* (Prefeitura da Cidade do Recife, 2000), de Leonardo Dantas Silva, que tentam fazer uma apreciação do tríduo carnavalesco do século XVI aos nossos dias.

Faltava, porém, uma bibliografia do Carnaval Brasileiro, assunto evitado nos diversos manuais bibliográficos e mesmo dicionários. Uma bibliografia sucinta, porém detalhista, sobretudo no grande manancial oferecido pela imprensa periódica, que viesse facilitar a vida de estudiosos e interessados em nossa festa maior. A lacuna é agora preenchida, com o trabalho que nos é ofertado pelas bibliotecárias da Fundação Joaquim Nabuco, Maria do Carmo Andrade Marques de Oliveira e Maria Lúcia Freitas Albuquerque, que, atendendo ao anseio do Editor da Revista *Ciência & Trópico*, o também musicólogo Sebastião, Vila Nova, oferecem este importante levantamento de fontes que em muito facilitará o conhecimento das mais diversas facetas da festa maior do povo brasileiro.

**Recife,  
Nossa, Senhora do Rosário da Torre,  
22 de fevereiro de 2002.**



## EL ITINERARIO DE CRISTÓBAL COLÓN (1451-1506)

Carlos Francisco MOURA

Em convénio com a Diputación de Valladolid, o Cabildo de Gran Canária e a Casa de Colón, o Instituto Interuniversitário de Estudios de Iberoamérica y Portugal, de Tordesillas, Espanha, acaba de publicar mais um livro fundamental para o estudo da vida e ação de Cristóvão Colombo, da descoberta da América e das sucessivas viagens que realizou na tentativa de, por ocidente, chegar à China.

Os autores, Prof. Jesús Varela Marcos e M<sup>a</sup> Monserrat León Guerrero esquadrinharam, com base em vasta documentação, ano a ano, mês a mês e quando possível, dia a dia, a trajetória de vida de Colombo, desde o seu nascimento, entre 25 de agosto e 31 de outubro de 1451, em Gênova ou em Saona, até sua morte em 20 de maio de 1506, na vila de Valladolid.

Tudo isso sintetizado em tabelas que abrangem os 55 anos de vida do navegador, em que aparecem o dia e o mês, a localização (isto é, onde se encontrava Colombo na data), e a fonte documental que estriba a informação. Notas de pé de página complementam as informações e esclarecem controvérsias.

Mapas esquemáticos coloridos reconstituem as quatro viagens famosas de Colombo ao novo mundo, e também as viagens que realizou antes, com finalidades comerciais, à ilha de Quios e a Tunes, a de Genova a Lisboa, outras viagens a Portugal, a ida a Porto Santo, Ilha da Madeira, e o casamento com Filipa Muniz Perestrelo, filha do piloto Bartolomeu

Perestrelo, as entrevistas com Bartolomeu Dias, descobridor do Cabo de Boa Esperança, e com D. João II, de Portugal.

Essa cartografia reconstitutiva, que abrange cerca de meia centena de ilustrações, por si só esclarece questões que demandariam a consulta a grande quantidade de obras nem sempre de fácil acesso. Além disso, o livro reproduz a cores vários documentos cartográficos históricos.

Os principais capítulos são: *Los primeros años de Colón (1451-1492)*, *El viaje descubridor (1492-1493)*, *El segundo viaje colombino (1493-1496)*, *El tercer viaje (1496-1500)*, *El alto viaje colombino (1500-1506)*, *En busca del paso (1502-1504)* e *Los últimos días de Colón (1504-1506)*.

Na quarta viagem Colombo ainda procurava “conseguir el ansiado paso a la China”, mas naufragou “antes de iniciar el reconocimiento centroamericano y fundar su ciudad de Belén, en lo que creía la costa de la China”. Fracassando novamente, Colombo ficou na Jamaica quase um ano, e finalmente, conseguiu regressar à Espanha em 1504, “al tiempo en que su protectora Isabel morria en Medina Del Campo”.

Obstinado, Colombo ainda apresentou aos jovens príncipes Filipe e Juana planos para uma quinta viagem, mas em 1506 falecia.

A árvore genealógica de Colombo, a reprodução de pinturas célebres de cenas da vida do navegador, os índices onomástico e toponímico complementam este livro precioso, não só pelo rigor científico da pesquisa como pela belíssima apresentação gráfica e facilidade de consulta.

*El Itinerario de Cristóbal Colón (1451- 1506)*,  
Jesús Varela Marcos e M<sup>a</sup> Monserrat León  
Guerrero, Instituto Interuniversitário de  
Estudios de Iberoamérica y Portugal,

Casas Del Tratado 47100 Tordesillas  
(Valladolid) España.



## GRANDES PORTUGUESES DA ÉPOCA DOS DESCOBRIMENTOS

José VERDASCA

### INTRODUÇÃO HISTÓRICA

A história da Terra tem cerca de cinco mil milhões de anos, e a história do Homem perto de um milésimo, ou seja, cinco milhões, se bem que dela - e com certa exatidão - apenas conhecemos os últimos cinco mil anos, correspondentes ao período em que o Homem fez uso da escrita, isto, naturalmente, em valores aproximados. Entretanto, se recuarmos no tempo, podemos valer-nos da antropologia e da arqueologia, que nos atestam ter o nosso ascendente direto - homem de *Cro-magnon* - surgido entre 45 e 35 mil anos atrás, e sido batizado *homo sapiens sapiens*, o que significa homem inteligente, que sabe, espécie já conosco identificada, não apenas na forma e tamanho, como, especialmente, no que ao cérebro concerne, uma vez que este já atingia o volume médio de um litro e meio, muito superior à capacidade craniana de seus ancestrais de até dois milhões de anos atrás, avaliada em cerca de meio litro, ou mesmo do *pithecanthropos erectus*, de entre um e dois milhões de anos, o qual, na sua fase mais recente, possuía um cérebro de perto de um litro de volume.

Comprovando a sua esclarecida inteligência, o *homem de Cro-magnon* legou-nos belíssimas obras de arte, esculturas e pinturas, as primeiras representadas - entre outras - pela famosa coleção de estatuetas de mulher designadas Vênus (de Willendorf, de Laussel, etc.), e, as segundas, pelas maravilhosas pinturas rupestres das grutas francesas de Dordogne, Ariège, e Marseille; de Altamira, em Espanha; e de Santiago

do Escoural (Évora), em Portugal, onde recentemente foram descobertas as gravações na rocha do vale do rio Côa - município de Foz Côa - obras com idades variando de trinta (para as primeiras) a quinze mil anos, para as últimas. Tais obras de arte foram executadas no período ante-diluviano, cientificamente comprovado como tendo ocorrido há cerca de 15 mil anos atrás, no final do último Glaciário, quando a fusão dos gêlos - resultante do aquecimento da Terra - provocou uma elevação de perto de 120 metros das águas dos mares e oceanos, a coincidir com o bíblico Dilúvio, nome resultante de errada tradução do vocábulo *MABUL*, que, em hebraico, significa inundação.

Após o citado degêlo, e conseqüente inundação, que levou os povos que a ele sobreviveram a refugiarem-se nas terras altas, encontramos a Ibéria povoada pelos *IBEROS*, do nome do rio Iber (ou que lhe deram o seu), naquela que mais tarde veio a chamar-se Península Ibérica, onde, depois da chegada dos *IBEROS*, se seguiram muitos outros povos, tais como *CELTAS* (início do primeiro milênio antes de Jesus Cristo), *FENÍCIOS* (logo depois), *GREGOS* (desde meados do I milênio a.C.), *CARTAGINESES* (a partir da consolidação de Cartago, no Norte de Africa, fundada por tirenses, também fenícios, e até a sua conquista por Roma), *ROMANOS* (o primeiro desembarque de tropas romanas na península verificou-se em 219 a.C.), *BARBAROS* (godos, vândalos, alanos, e suevos, a partir do início do século V), e, por fim os chamados *MOUROS*, nome pelo qual ficaram conhecidos os invasores árabes, mauritanos, e berberes, que, em 711 da nossa era, invadiram e conquistaram a Península Ibérica, onde levaram uma civilização muito superior à dos bárbaros que então a dominavam.

Subjugada a Península Ibérica pelos romanos - heroicamente combatidos pelos nativos comandados pelo ilustre lusitano Viriato - os povos que a habitavam foram completamente dominados pela superior civilização latina, a ponto de, ao fim de poucas décadas, os muitos dialetos que lá se falavam terem sido quase totalmente substituídos por variantes da língua latina - latim *bárbaro*, *eruditus*, *castrensis*, *vulgaris* - as quais, após receberem a influência das línguas bárbara e árabe, derivaram para a língua GALAICO-DURIENSE, falada a partir dos séculos VIII-IX, e

hoje representada pelas línguas portuguesa e galêga, irmãs gêmeas neo-latinas.

E, se é fenício o vocábulo *Lusitania* - de *amigdalum*=*amendoeira*, árvore que os fenícios, no início do primeiro milênio a.C., encontraram em flor no Algarve - e nome da província romana equivalente ao território português, o novo reino fundado por D. Afonso Henriques - PORTUGAL - deriva dos vocábulos latinos *Portus* e *Calem*, pelos quais os romanos designavam as cidades do Porto, e Gaia, respectivamente, situadas nas margens direita e esquerda da foz do rio Douro.

## A LUSITÂNIA ROMANA

O território da antiga Lusitânia romana - segundo Plínio e Estrabão, historiadores da época - era ocupado por entre 45 e 50 tribos, cada uma delas com sua cultura e seu dialeto, povos que acabaram sendo designados pelo nome genérico de *lusitanos*, e que foram, na realidade, os nossos remotos ancestrais, se bem que após várias fusões étnicas e sobreposições culturais, ao longo dos últimos três mil anos, nomeadamente com gentes das várias províncias do Império Romano, a que se seguiram os bárbaros e mouros já citados, estes, na realidade, comandados por árabes de civilização superior, o que colocou a Península Ibérica muito à frente do resto da Europa. Com as invasões bárbaras do início do século V (409-411), e conseqüente queda do Império Romano do Ocidente, iniciou-se o período de cerca de MIL ANOS que ficou conhecido como Idade das Trevas, designação imprópria e injusta, pois foi nesse período que o ensino se institucionalizou, e se fundaram as primeiras universidades.

## SÃO DÂMASO, PAPA LUSITANO

Após a morte de Jesus Cristo, os apóstolos iniciaram a sua peregrinação pelo Mundo, passaram pela Ibéria e - segundo a tradi-

ção - já no século I, a cidade de Braga, então designada *Brácará Augusta*, foi elevada à categoria de bispado - o primeiro das Hespanhas - pelo que o seu titular ainda hoje é designado PRIMAZ das HESPANHAS.

Segundo antiquíssimos códices, São Dâmaso nasceu em 304 em Couto de Pedralva, aldeia entre Guimarães e Braga, onde teria recebido requintada educação. Levado pelos pais para Roma, o jovem tanto impressionou o Papa São Libório que este o nomeou subdiácono, diácono, e depois presbítero. Mais tarde, tendo São Libório que se ausentar de Roma, encarregou São Dâmaso do governo da cristandade. e, com o falecimento de São Libório em 24 de setembro de 366, o clero e os cristãos elegeram São Dâmaso como Pontífice da Igreja Romana com o nome de Dâmaso I. Durante o seu brilhante pontificado, São Dâmaso encarregou São Jerônimo da tradução da Bíblia, diretamente do hebraico para o latim, tradução que passou à história com o nome de Vulgata.

## A IDADE MÉDIA PORTUGUESA

Em plena Idade Média surgiu Portugal, que foi o primeiro país europeu independente com a configuração atual, o que explica ter saído na frente de todos os outros na corrida pelos Descobrimientos, e, ainda -apesar de pequeno e pobre - ter-se tornado a maior potência naval do mundo. Nessa altura, no atual território espanhol existiam vários reinos independentes, o mesmo ocorrendo nos território hoje ocupados pelos outros Estados da Europa, que só ascenderam à independência a partir do final da Idade Média, caso da Espanha, em 1492, da França, Alemanha, e Itália, depois.

Como já se disse, a Lusitânia foi conquistada pelos bárbaros a partir do início do século V, e estes subjugados pelos árabes em 711, só expulsos definitivamente do atual território português com a conquista definitiva do Algarve no final do século XIII, pelo que se passaram cerca de oitocentos anos entre a derrocada daquela, e a formação do reino de Portugal e dos Algarves.

## D. AFONSO HENRIQUES (1111-1185)

O primeiro rei de Portugal era filho do conde borgonhês D. Henrique (Henrique significava filho de Henrique), e de Dona Tareja, ou Tereza, filha bastarda de Afonso VI, rei de Leão e Castela. Deste modo, o reino de Portugal nasceu do sangue e das culturas francesa e castelhana, quando ainda não existiam nem França, nem Espanha, cujos territórios eram ocupados por Nações independentes.

Nascido talvez em 1111, em Guimarães, então sede ou capital do condado Portucalense, o príncipe D. Afonso Henrique cresceu na humilhante presença do padrasto, conde galego Ferrão Perues de Trava, que simbolizava a tutela da Galiza que ele repudiava. Órfão de pai, e apenas com 16 anos de idade, armou-se a si próprio cavaleiro na vetusta sé de Samorá, e, aos dezessete, comandou as forças que, na batalha de São Mamede, perto da capital, destroçaram as tropas desse conde. E, durante mais 57 anos, D. Afonso Henriques não concedeu tréguas aos ocupantes árabes, pelo que, ao falecer em 1185, com 74 anos, o reino de Portugal, por si fundado, já se estendia do Minho ao Alentejo, e os muçulmanos estavam confinados no Algarve.

Entretanto - como diria Camões - a mão que tão bem empunhava a espada, do mesmo modo cuidava da instrução, pois logo no início de seu reinado, D. Afonso Henriques fundou três conventos que foram autênticas universidades, uma vez que em Santa Cruz de Coimbra, Alcobça, e São Vicente de Fora, a qualidade do ensino ministrado era, para a época, de nível superior. A prová-lo, tivemos Santo Antônio de Lisboa (dito de Pádua), que formado em Santa Cruz, encantou a Itália e a França com seus sermões e sua erudição. São, ainda, obra de D. Afonso Henriques, as antigas e principais catedrais de muitos dos bispados de Portugal, onde funcionavam as famosas escolas, que deram o nome às sés colegiadas, por que muitas ainda hoje são conhecidas.

Não costumamos dar a devida importância ao facto de o nosso primeiro rei - D. Afonso Henriques, logo após a fundação de Portugal, em 1128 - ter fundado os mosteiros de Santa Cruz de Coimbra, e de São Vicente de Fora, em Lisboa, e a Abadia de Alcobça, onde funcionaram as melhores

escolas portuguesas a partir do século XII, portanto ao tempo da fundação da primeira faculdade de direito do mundo, em 1111, Bolonha. Enquanto são Vicente de Fora era escola secundária, onde o chamado *trivium* (gramática, retórica, e dialética, então as três primeiras artes liberais) era lecionado; em Santa Cruz de Coimbra lecionava-se o *quadrivium* (aritmética, geometria, música, e astronomia), então considerada a parte superior das ciências.

Fernando Martins de Bulhões - o nosso popular e erudito Santo Antônio - ambas freqüentou, tendo saído de Santa Cruz de Coimbra com uma formação superior que espantou o mundo culto da época. Foi também em Santa Cruz que Camões adquiriu o vasto saber revelado na sua obra máxima - “Os Lusíadas” - poema heróico que ombreia com a “Ilíada” e a “Odisséia” de Homero, e com a “Eneida” de Vergílio. Aliás, é Camões a mais elevada expressão das letras portuguesas, a encerrar com chave de ouro a brilhante fase da nossa cultura renascentista.

### **PEDRO JULIÃO (PAPA JOÃO XXI)**

O segundo papa português - o primeiro foi São Dâmaso, nove séculos antes - chamou-se Pedro Julião, se bem que assinasse as suas obras como Pedro Hispano. Nascido na freguesia de São Julião, em Lisboa, em data que ignoramos, mas se estima entre 1210 e 1220, o nosso Papa João XXI foi uma das maiores expressões do pensamento e da erudição do seu tempo, havendo mesmo que lhe atribua a glória de ter sido o iniciador do renascimento em Portugal, até mesmo na Europa. Filho do médico Julião Rabelo, Pedro Julião teve uma esmerada educação, e uma formação acadêmica rica, diversificada, e completa. Como Santo Antônio - trinta anos antes de Pedro - aprendeu as primeiras letras na colegiada da sé de Lisboa. Depois, estudou humanidades na universidade de Paris, após o que se formou em medicina em Montpellier - Sul da França - a primeira do mundo nessa especialidade. Logo depois, graduou-se em filosofia, teologia, matemática, e dialética, sempre com brilho, o que lhe conferiu prestígio em toda à Europa. Só depois ele regressou a Portugal para receber Ordens Sacras.

Recebido na sua terra com as maiores honrarias, viu-se nomeado para os mais elevados cargos eclesiásticos, tais como Deão da Sé de Lisboa, Prior da Colegiada de Guimarães, e Arcebispo de Braga, portanto Primaz das Hespanhas. Mas - definitivamente - Portugal era pequeno para tão grandes talento e saber, pelo que Pedro Hispano seguiu para a Universidade de Siena (quando ainda não tinha sido fundada a Universidade de Coimbra), onde lecionou, e escreveu o notável tratado de filosofia *Summulae Logicales*, que foi - durante vários séculos - o compêndio de lógica adotado e preferido nas universidades europeias. Médico particular do Papa Gregório X, acabou sucedendo em 1271 Adriano V na cadeira de São Pedro, com o nome de João XXI.

## RENASCENÇA, RENASCIMENTO, E DESCOBRIMENTOS

A Renascença ou Renascimento (nascer de novo) consistiu em um movimento de RENOVAÇÃO científica, literária, e artística, iniciado no século XIV em Florença, e que logo se alastrou a toda a Europa; como grandes nomes do Renascimento podemos citar Petrarca, Bocaccio, Ramo, Erasmo, Ariosto, Maquiavel, Rafael, Miguel Ângelo, Leonardo da Vinci, Botticelli e muitos outros conhecidos e consagrados cientistas, artistas, e homens de letras, estes também artistas da palavra.

Suponho podermos afirmar que - em Portugal - o Renascimento foi iniciado pelo Infante D. Henrique (estou a vê-lo, com o famoso e grande chapéu de Borgonha), quando, após a conquista de Ceuta em 1415, se instalou em Sagres, e ali se fez rodear dos mais famosos cientistas da época, com os quais debatia as ciências da arte de navegar, como a astronomia, a geografia, a cartografia, a meteorologia, e a construção naval, naquela que ficou conhecida como Escola de Sagres, não por se tratar de algo semelhante a um colégio, mas antes por lá se reunirem os maiores sábios do tempo, onde discutiam, aconselhavam, e ensinavam a D. Henrique e a seus almirantes, essas ciências, que lhes facultaram a invenção da caravela, e o início das navegações e dos Descobrimentos.

Foi, pois, com o Infante D. Henrique que os Descobrimentos se iniciaram, época em que floresceu o Renascimento em Portugal, quando as ciências, as letras, e as artes atingiram um brilho jamais visto, e a maravilhosa Civilização Portuguesa de Quinhentos encheu de assombro toda a Europa, mercê de algumas gerações de grandes portugueses, dentre os quais podemos citar:

**Nas ciências** Duarte Pacheco Pereira, o grande navegador e cientista, autor de “Esmeraldo de Situ Orbis”; Pedro Nunes, de quem logo nos falará o mestre Freire; Castro Sarmiento, cirurgião e professor em Inglaterra, e médico da rainha; Garcia da Horta, médico e boticário, companheiro de Martim Afonso na viagem para a Índia, primeiro cientista do mundo a estudar a cólera; João Bemardes, cirurgião e patriarca de Alexandria; Tomé Pires, que entre os mestres da milenar medicina chinesa, foi médico e boticário da corte imperial; Francisco Sanches, doutor em medicina por Montpellier e Tolosa, onde brilhou como diretor de hospital; Zacuto Lusitano, doutor em medicina por Siguença aos dezenove anos de idade, autor dos compêndios “Medicorum Principium”, “Praxis Historiarum”, e “Praxis Médica”, e muitos outros filósofos-médicos, como Pedro Julião (1210-1277), o nosso papa João XXI, *Primus Inter Pares*, grande mestre do século XIII, muito antes de - em Florença - ter florescido o Renascimento.

**Nas letras** Damião de Góis -de que também nos falará o Prof. Freire -; João de Barros, o grande historiador da Ásia, autor das célebres “Décadas”, cuja imensa fortuna foi perdida na sua capitania do Maranhão, para onde enviou a maior armada particular que veio ao Brasil; Aires Barbosa, helenista e latinista notável, condiscípulo em Florença de João de Médicis (depois papa Leão X); André de Resende, grande mestre em Lovaina; Gil Vicente, o brilhante fundador do teatro português, sensível e grande artista, autor da maravilhosa custódia de Belém; Amato Lusitano, mestre em quase todas as cortes e universidades italianas; Diogo do Couto, célebre historiador, autor das “Décadas da Índia”, continuador de João de Barros; Aquiles Estaço, doutorado por Paris e Lovaina, mestre em Sapiência, e fundador de bibliotecas em Roma; Garcia de Resende, brilhante poeta e cronista, autor da “Crônica de D. João II” e do livro de poemas

“Miscelânea”, e compilador de “O Cancioneiro”; Antônio de Gouveia (irmão de André), grande juriconsulto e escritor, que lecionou em Tolosa, Cahors, Grenoble, e Sabóia.

Entretanto, gostaria de destacar o alto prestígio a que chegaram as letras portuguesas no mundo do saber, quando Diogo de Gouveia (o velho) fundou o Colégio (universidade) Português de Santa Bárbara, em Paris, de que foi reitor e onde foi professor de Santo Inácio de Loyola, o imortal fundador da Companhia de Jesus; na mesma época foram eleitos reitores da Universidade de Paris - em claustro pleno, por professores e alunos - Guilherme de Gouveia (1530), Álvaro da Fonseca (1538), e Diogo de Gouveia (o moço) 1547, então considerada por Ramus a Universidade do Mundo; e, na mesma altura André de Gouveia, João Fernandes da Costa, e o padre Vilegas foram reitores do Colège de Guyègne, a universidade de Bordéus. Repare-se especialmente nos membros da família Gouveia - parentes de Pedr' Alvares de Gouveia, o nosso Cabral achador do Brasil.

**Finalmente, nas artes** - especialmente na arquitetura, que passou à história como *estilo manuelino* destacaram-se - entre outros - mestre Mateus Fernandes, autor das capelas ditas imperfeitas - porque inacabadas - do mosteiro da Batalha; mestre João de Castilho, no convento de Cristo, em Tomar, onde avulta a mais bela janela do mundo; mestre João de Castilho, o grande obreiro do mosteiro dos Jerônimos; e em dezenas de mosteiros e catedrais, onde o belo gótico manuelino atesta o talento dos arquitetos portugueses renascentistas. Também na arquitetura militar a imaginação criadora dos lusitanos se fez presente, como na belíssima Torre de Belém - ex-libris de Lisboa e de Portugal - cujo projeto é atribuído ao já citado homem de letras Garcia de Resende.

Em 1536, quando aqui chegaram os primeiros capitães donatários, Lisboa - para cerca de 100 mil habitantes - possuía 54 lojas de livros, ou seja, uma livraria para menos de dois mil moradores. Acredito que, tal proporção, jamais foi igualada em qualquer parte do mundo. Tudo isto passava-se no século XVI, época em que eram enviados ao Brasil grandes homens como Pedr' Alvares de Gouveia (Cabral), Martim Afonso de Sousa, Brás Cubas, Tomé de Souza, Manoel da Nóbrega, José de

Anchieta, Raposo Tavares, e, logo no início do século XVII, o padre Antônio Vieira - gigante da oratória, cujos sermões encantaram o mundo - o qual, formado no Colégio (universidade) do Salvador da Baía, e no Colégio (universidade) de Olinda, onde foi também professor de Teologia, Filosofia, e Retórica.

ERAM HOMENS DESTE QULATE QUE PORTUGAL MANDAVA AOBASIL, PARA COLONIZAR, PARA ADMINISTRAR, PARA EVANGELIZAR, PARA EDUCAR, a culminar num processo civilizatório que por muito tempo manteve o Brasil na frente dos Estados Unidos.

### **O INFANTE D. HENRIQUE - O NAVEGADOR (1394-1460)**

O Renascimento operava grandes mudanças na Europa, e, em Portugal - com a subida ao trono de D. João I, e conseqüente substituição da velha nobreza pelos burgueses que o haviam apoiado - tais mudanças fizeram-se sentir profundamente. Tendo como rainha uma distinta e ilustrada senhora inglesa - Dona Filipa de Lencastre - a corte portuguesa elevou-se, instruiu-se, e moralizou-se, tendo como modelo os príncipes reais, que passaram à história como ínclita geração, exatamente devido à esmerada educação, perfeita instrução, e erudita cultura que receberam.

O Infante D. Henrique, apenas com 21 anos de idade, teve destacada atuação no conquista de Ceuta, em 1415, onde, depois de armado cavaleiro por seu pai, ficou encarregado da sua defesa. Entretanto, logo em 1416, abandonou a corte e foi fixar-se numa vila no promontório de Sagres (de sacrum), onde passou a receber os mais famosos cartógrafos, navegadores, astrônomos, geógrafos, e cientistas da época, com os quais estudava e discutia os seus projetos relativos aos Descobrimentos.

Resultado de tal empenho, e já utilizando a embarcação genuinamente portuguesa - a caravela - passados dois anos foi descoberta a ilha de Porto Santo por Gonçalves Zarco, e no ano seguinte, a ilha da Madeira. Como capitão donatário de Porto Santo, Zarco recebeu ali seu

genro Cristóvão Colombo, a que ensinou a arte de navegar, e forneceu mapas e instrumentos, o que, mais tarde, lhe permitiu descobrir as Antilhas.

Durante 45 anos, o Infante Navegador dirigiu a saga dos Descobrimentos ao longo da costa africana, e no Atlântico, e, ao falecer a 13 de dezembro de 1960, legava à sua Pátria os arquipélagos da Madeira, dos Açores, e de Cabo Verde, além de ter explorado toda a costa africana até o Golfo da Guiné.

### **PEDR'ÁLVARES DE GOUVEIA (CABRAL, N.1468-69 E F. 1520-26)**

Descendente de duas das mais ilustres e ilustradas famílias portuguesas (Cabral e Gouveia), o comandante - em chefe da armada achadora do Brasil, foi escolhido em virtude de possuir o conjunto de atributos considerados necessários ao supremo comando da maior força até então saída da Europa para terras desconhecidas, e que tinha ainda por missão implantar o Império Português no Oriente.

A existência do Brasil era certa e sabida, pelo que se tomava necessário navegar para Ocidente até encontrar a “Ilha Brasil”, que já constava em antigos mapas, o que é confirmado pelo físico e astrônomo da armada em sua carta ao rei de Portugal:

*“Quanto, senhor, ao sítio desta terra, mande Vossa Alteza trazer um mapa mundi que tem Pero Vaz Bisagudo, e, por aí, poderá Vossa Alteza ver o sítio desta terra”.*

Nascido em Belmonte por volta de 1468, e criado nas agruras da região serrana das Beiras, onde seu pai desempenhava as funções de corregedor da justiça e alcaide, Pedr'Álvares era um gigante de rija têmpera, já provado nos combates do Norte de África, características a que deveria obedecer um comandante chefe da armada, para impor respeito a marinheiros e capitães - até medo - numa altura em que eram freqüentes motins e sedições a bordo. No Paço - para onde foi aos 16 anos de idade - recebeu instrução superior e formação militar semelhante aquela que

hoje é ensinada nas academias militares, pelo que desempenhava funções de oficial superior.

Sisudo, respeitado por companheiros e subordinados, devido aos atributos de caráter, inteligência, seriedade, e coragem, Pedr'Alvares não era almirante, mas comandava os melhores almirantes de Portugal, capitães de naus e caravelas onde, cerca de 1500 marinheiros e homens de armas, tinham a missão de achar as Terras de Vera Cruz, delas tomar posse, e, só depois, alterar o rumo, e seguir para as Índias. Tratava-se, assim, não de uma, mas de duas missões espinhosas e muito importantes.

As peripécias da viagem e do Achamento são de todos conhecidas, e não cabem no âmbito desta resenha; apenas direi que, tendo saído de Lisboa a 9 de março de 1500, com dez naus e três caravelas, Pedr'Alvares ali regressou em julho de 1501 com apenas 5 naus e umas poucas centenas de homens, dos 1500 com que saíra; cerca de 60% das tripulações, e 8 navios, tinham ficado pelo caminho. Se a coragem da família Cabral tinha sido posta à prova, a inteligência e erudição da família Gouveia seriam demonstradas logo em seguida.

#### **DIODO DE GOUVEIA (o velho)**

Intelectual e humanista, tronco de ilustre dinastia de mestres e pedagogos, fundador do colégio (universidade) português de Santa Bárbara, em Paris, onde foi reitor, e professor de santo Inácio de Loyola, o célebre fundador da Companhia de Jesus, e referido pelo sábio Fernel no seu *Monalosphoenum*.

#### **GUILHERME DE GOUVEIA**

ilustre mestre em Santa Bárbara e na universidade de Paris, onde, até onde se sabe - em 1530 - foi o primeiro português a ser eleito reitor.

#### **ANDRÉ DE GOUVEIA (1497-1548)**

Tido como o mestre dos mestres, reitor da universidade de Paris em 1533, e logo depois chamado para reformar o College de Guyenne (universidade de Bordéus), amigo de Francisco I, professor em Avinhão, Grenoble e Cahors, e mestre de Rabelais e Montaigne, que, na sua obra

*Essais*, o considera “*Sans comparaison, le plus grand principal de France*”, ou seja, o maior reitor da França, isto em pleno Renascimento, quando a cidade luz (Paris) era o farol cultural do mundo. Como André de Gouveia, também João Fernandes da Costa e o padre Vilhegas exerceram o cargo de reitores em Guyènne.

#### **ANTÔNIO DE GOUVEIA (1505-1566)**

Irmão de André, Antônio estudou em Paris, onde lecionou filosofia de 1541 a 1544, período em que sustentou célebre polêmica com o não menos célebre Ramus, quando este atacou Aristóteles, brilhantemente defendido por Antônio de Gouveia, que acabou ganhando a disputa.

#### **DIOGO DE GOUVEIA (o moço-)**

Outro membro da família Gouveia que, na primeira metade do século XVI, e em Paris, se fez respeitar por sua erudição, também ele eleito em 1547 reitor da mais afamada e prestigiada universidade do tempo.

#### **ALVARO DA FONSECA**

Mais um mestre português eleito reitor da universidade de Paris em 1538, dirigida por quatro portugueses durante - praticamente - duas décadas, entre 1530 e 1550.

#### **MARTIN AFONSO DE SOUZA (1500?-1564)**

Primeiro capitão-mor, capitão-donatário, e colonizador das terras de Vera Cruz, onde fundou suas primeiras vilas - São Vicente e Piratininga, além da povoação de Itanhaem - Martin Afonso nasceu com o Brasil em 1500, era filho do alcaide do castelo de Bragança, Lopo de Souza, e parente do primeiro governador geral Tomé de Souza. Tal como Pedr' Alvares, foi levado para o Paço aos 16 anos de idade, e lá se tornou amigo inseparável do príncipe herdeiro D. João, depois D. João III, o qual, logo após a morte de D. Manoel, o encarregou de comandar a escolta da rainha viúva, que regressava à corte de Leão e Castela, sua pátria de origem. Ali chegado, acompanhou o imperador Carlos V nas suas campanhas, onde se notabilizou, pelo que o imperador lhe solicitou que continuasse na sua corte, onde se casou com Dona Ana Pimentel (depois

sua lugar tenente na capitania de São Vicente) onde permaneceu até 1525.

Martin Afonso foi o escolhido como primeiro capitão-mor, comandante da primeira armada colonizadora do Novo Mundo, tendo desembarcado em São Vicente a 21 de janeiro de 1532. Ali fundou a primeira vila brasileira, e, logo depois, uma outra, a vila de Piratininga, na Borda do Campo, 9 léguas dentro do sertão, segundo o diário de bordo de seu irmão Pero Lopes. Auxiliado pelo português João Ramalho, náufrago que havia mais de vinte anos se encontrava vivendo entre os índios, por quem era muito respeitado, Martin Afonso iniciou a construção de uma nova Nação, mais tarde designada Brasil, forjada à custa da fusão das três grandes etnias humanas - brancos, negros, e mongólicos ou índios - e do caldeamento de suas culturas.

Da primeira armada colonizadora faziam parte cinco navios: Nau capitânia - com capacidade para 150 tonéis, de que era piloto o irmão do capitão, Pero Lopes de Souza; nau São Miguel, de 125 tonéis, comandada por Heitor de Souza; galeão São Vicente, também de 125 tonéis, sob o comando de Pero Lobo; caravelas Rosa e Princesa, de menos de 100 tonéis, comandadas por Diogo Leite e Baltazar Gonçalves, respectivamente. Nela vinham cerca de 400 homens, e, com eles, materiais de construção, alfaias agrícolas, sementes, animais domésticos - entre eles os primeiros bovinos - mudas de árvores de fruta e de cana sacarina, e um ou dois engenhos de açúcar, que foram talvez os primeiros que se instalaram no Brasil.

De salientar que - entre os colonos - vieram 27 cavaleiros fidalgos de elevada estirpe, e de saber, entre eles Brás Cubas, Pero de Góis, e Pedro Taques, que se notabilizaram, tendo o primeiro fundado em 1553-54 o hospital de todos os Santos, na atual cidade do mesmo nome, a primeira das quase mil Santas Casas, que ainda hoje respondem por quase 50% da assistência médica de todo o Brasil.

Martin Afonso não continuou no Brasil, pois regressou a Portugal para - em nova e importantíssima missão - seguir no comando de outra armada, desta vez para ir governar a Índia, onde se cobriu de glória.

**TOMÉ DE SOUZA (1503-1580)**

Da mesma família, saíram o primeiro capitão donatário e o primeiro governador geral do Brasil, pois, o último, era primo do primeiro. Apenas três anos mais novo que Martin Afonso de Souza, O primeiro governador geral Tomé de Souza provinha da antiquíssima, nobre, e honrada família dos Souzas - de Paço de Souza - sobrenome hoje usado por milhões de brasileiros. Como seu primo Martin, como Cabral e muitos outros nobres, aos 16 anos foi enviado para a corte, de onde saíu soldado e administrador. Ainda como estes, conheceu o príncipe herdeiro, e, por semelhantes razões, ascendeu a altos cargos, o que acontecia com os melhores dos melhores.

Na época, as carreiras começavam no Norte de África, engrandeciam-se na Índia, e, normalmente, terminavam no Brasil, quando não se verificava a inversão de precedências, como aconteceu com Martin Afonso. De qualquer modo, se a escolha para o comando de combatentes recaía em homens jovens - cerca de trinta anos - já a selecção para funções de governo exigia cidadãos de cerca de cinquenta anos. Foi o caso de Tomé de Souza, fidalgo experimentado, prudente, e de bom senso.

Constatado o relativo fracasso de muitas das capitánias brasileiras, D. João III decidiu implantar um governo geral, que - sem suprimir tais capitánias - centralizasse algumas das atribuições daquelas, de modo a corrigir as deficiências por elas apresentadas. E a escolha recaiu no homem rico, experiente, sério, e decidido, que era Tomé de Souza, já então perto dos cinquenta anos, e muito respeitado.

Assim como a carta de Pero Vaz de Caminha foi a certidão narrativa de nascimento do Brasil, o Regimento de Tomé de Souza tornou-se - indiscutivelmente - a primeira constituição brasileira, pois presidiu à transformação da nascente Nação em verdadeiro Estado, politicamente organizado, e com leis próprias e específicas. Além disso, Tomé de Souza fundou a primeira capital - Salvador - lugar onde chegou a 29 de março de 1549, antiga capitania adquirida pela coroa.

Mais de meio ano se passou, até que - em 1 de novembro - da Casa da Câmara, Tomé de Souza declarou oficialmente a cidade do

Salvador da Baía de Todos os Santos como capital do Brasil, e prestou juramento como seu primeiro governador. Com ele viera o jesuíta padre Manoel da Nóbrega, como primeiro provincial da Companhia de Jesus, acompanhado por mais cinco padres da companhia. A todos, foi de grande valia, o auxílio prestado por Diogo Álvares - o famoso Caramuru - náufrago que, desde 1509 ou 1510, se encontrava na região, onde constituíra família, e, à semelhança de João Ramalho em Piratininga, tinha muita autoridade e prestígio junto aos índios da terra.

Três naus, duas caravelas, e um bergantim, constituíram a armada que transportou Tomé de Sousa e sua comitiva, de Lisboa para a Baía de Todos os Santos, tendo-se Tomé de Souza feito acompanhar de uma espécie de ministério, nele incluído o primeiro médico - Dr. Jorge Valadares - e o primeiro farmacêutico - Dr. Diogo de Castro - nomeados para comissões de três anos. Da comitiva de Manoel da Nóbrega, faziam parte os padres João Aspicleta Navarro, Leonardo Nunes, Antônio Pires, Diogo Jácome, e Vicente Rodrigues. No total, vieram com o governador mais de mil pessoas: 320 nomeados e assalariados; 600 militares; os restantes eram fidalgos, degredados, e não muitas esposas dos mais graduados, além dos religiosos. Passado pouco mais de meio século, a capital do Brasil seria palco de alguns dos mais belos e patrióticos sermões do grande padre Antônio Vieira, aqui chegado com seis anos de idade, e formado nos colégios-universidades do Salvador, e de Olinda, logo fundados pelos jesuítas.

### **LUÍS DE CAMÕES (1525?-1580)**

De Camões, que poderemos dizer, e que ainda não tenha sido dito?

Nobre e homem da corte; gente do povo, e um dos mais eruditos portugueses de seu tempo; combatente, e homem de letras (numa das mãos a pena, na outra a espada); rapaz briguento, e poeta sensível ao extremo, apaixonado e amoroso; enfim, e como bom lusitano, homem em quem os extremos se encontravam, a fazer jus ao retrato da lusitana gente, pintado por um seu igual, o nosso celebrado Fernando Pessoa.

Ignoramos se Luís de Camões nasceu em Lisboa ou Alenquer, em 1525, ou por volta desse ano. Descendente de uma nobre família oriunda da Caamanos, ou Camones, na Galiza, o seu trisavô Vasco Pires ou Vasco de Camões figura como poeta no cancioneiro de Baena, quando já havia membros da família em Alenquer, Évora, e Extremoz; o bisavô João Vaz distinguiu-se nas campanhas do Norte de África; o avô D. Antão casou com uma parente de Vasco da Gama, e, o pai, Simão, teria naufragado com sua nau nas costas do Malabar, na região de Goa, Índia.

Da infância de Camões nada sabemos, mas, como o seu tio D. Bento, era frade, e reitor na “escola” do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra - de nível superior, fundada por D. Afonso Henriques - admite-se, geralmente, que a erudição revelada por Camões em sua obra, tenha sido ali adquirida.

Mas biografia e a obra de Camões - ambas riquíssimas - não cabem no âmbito desta intervenção, pelo que me limito a ressaltar o facto de o nosso poeta maior ter sido menosprezado em vida, como soe acontecer aos espíritos realmente grandes, os quais sempre são objeto do ciúme e da incompreensão de seus contemporâneos. Segundo a tradição, suas últimas palavras teriam sido: MORRO COM A PÁTRIA, o que efetivamente aconteceu, pois 1580 assistiu à sua morte, e à perda da independência de Portugal, onde, durante sessenta anos, reinaram os Filipes espanhóis.

Com tal ocorrência, terminava a mais gloriosa época do reino e do povo portugueses, encerrando-se um ciclo comparável aos mais belos períodos das civilizações fenícia, grega, e romana, magistralmente cantado por Camões em “Os Lusíadas”, e materializado por feitos quase sobre-humanos, de que sobressaem naturalmente os Descobrimientos - ilhas atlânticas, caminho marítimo para as Índias, primeira volta ao Mundo de Fernão de Magalhães, e, principalmente, o Achamento, o povoamento, a Colonização, e a civilização deste portentoso o querido Brasil, povoado por mais de CEM MILHÕES de cidadãos com nomes, sangue, e ou ascendência portuguesa, que os imigrantes presentes escolheram para segunda Pátria, e, o que é mais importante e significativo, para Pátria de seus filhos e netos.





## ESTRANGEIROS NO BRASIL

Conde Emmanuel de BENNIGSEN

A obra “Estrangeiros ilustres no Brasil”, do Visconde de Taunay, devia ter, como primeiro ensaio no gênero, algumas lacunas, aliás inevitáveis, e que, no correr dos anos, foram aos poucos preenchidas por outros autores. Assim, Mário de Lima Barbosa publicou um livro magistral, “Os franceses na História do Brasil”, no qual se encontram novos detalhes sobre alguns viajantes que aqui estiveram. Há tempos, também dei a conhecer aos leitores de “O Estado” as impressões de viajantes russos, quando passaram por Santa Catarina, no início do século XIX. Vou, agora, fornecer alguns pormenores sobre estrangeiros cuja estada no Brasil consta da obra de Lima Barbosa, bem como a respeito de um russo, cuja visita parece não haver deixado traços entre nós.

Lima Barbosa refere-se à permanência involuntária de Napoleão III na baía do Rio de Janeiro, após o malogro de sua aventura do Strasburgo. Cita duas cartas em que Napoleão conta à sua mãe as belezas dessa baía, falando, ao mesmo tempo, na possibilidade de instalar-se na América do Sul. Talvez fosse possível encontrar os pormenores dessa estada, assim como da viagem, nos arquivos da Marinha Francesa, entre os relatórios do capitão De Villeneuve, comandante da “Andromede”, que conduzia o príncipe. As ordens secretas, abertas no mar, recomendavam àquele oficial que conduzisse Luiz Napoleão ao Rio de Janeiro, sem desembarcá-lo ali e impedindo qualquer comunicação com o príncipe. Depois de fazer no Brasil as necessárias provisões, o navio devia seguir para Nova York. Nessas condições, chegando ao Rio de Janeiro em 1837, Napoleão não pode pisar o solo brasileiro, sendo-lhe dado apenas de bordo do “Andromede” contemplar as belezas da capital do país.

Vinte anos antes, estive no Rio o Conde de Balmen, delegado do Imperador da Rússia em Santa Helena, onde devia vigiar Napoleão. Sabe-se que Balmen, bem como seus colegas austríacos e franceses não foram recebidos por Napoleão, pois, da mesma forma que as autoridades britânicas, eles não reconheciam no prisioneiro o título de Imperador. Nada tendo, pois, a fazer em Santa Helena, Balmen resolveu visitar o Rio, talvez para ali pôr-se ao par dos rumores de preparos da evasão dos Bonaparte.

Na capital do Brasil, foi bem recebido pelo imperador Pedro I, então ainda regente. A impressão que o diplomata austríaco teve desse príncipe não foi das melhores, pois não viu nele traço algum da inteligência superior. Balmen deixou memórias dessa passagem de sua vida e que não foram publicadas até agora. Essas memórias estavam, até antes da atual guerra, em Paris, em poder da viuva do último representante da sua família. Parte delas foi utilizada pelo romancista Aldanoff para o seu livro “Santa Helena, pequena ilha”. Balmen não permaneceu muito tempo em Santa Helena, onde se casou com uma encantadora moça, sobrinha do governador da Ilha, sir Hudson Lowe. Regressando a Petersburgo, foi quase imediatamente enviado, em missão extraordinária, para a China, para onde partiu, deixando na Rússia sua jovem esposa. Quando voltou, encontrou-a mãe de um menino, cuja paternidade se atribuiu a Alexandre I, o qual, apesar de seu misticismo, não foi indiferente à beleza feminina. Com a mulher e o filho, Balmen fez uma viagem ao estrangeiro, viagem essa de que tornou sozinho, não se havendo mais falado na esposa do diplomata.

Mais longa foi a permanência, no Brasil, de outros dois estrangeiros, cujos nomes estão ligados ao de Napoleão I; o de seu ajudante de campo general Conde de Hogendorp e o de uma das mulheres que causaram em Bonaparte grande impressão, Madame Fourés. Ambos são citados por Lima Barbosa, porém sem grandes pormenores. O romance de Napoleão com Madame Fourés, cujo nome de família era Bellisle, desenrolou-se no Egito, aonde, em trajes masculinos, ela acompanhou o marido, tenente Fourés. No Cairo, já haviam sido apresentadas ao imperador meia dúzia de mulheres orientais que, entretanto, não despertaram nele nenhuma simpatia. Era o tempo em que o general se considerava livre, após

a traição de Josefina na campanha da Itália. Gostando de madame Fourés, mulher pequena, loura, de olhos azuis e muito bonita, Napoleão mandou para a França o tenente Fourés, em missão de correio, e aproveitou-se da ausência deste para substituí-lo. Essa ligação era assunto de todas as rodas, pois Napoleão comparecia com a mulher a todas as festas e, quando passeavam com ela, os seus guardas, entre os quais figurava Eugênio de Beauharnais, filho de Josefina, faziam a guarda de honra da carruagem. Mas o navio que conduzia o tenente Fourés fez capturado pelos ingleses, que levaram o jovem oficial para o Egito, sob promessa de não pegar em armas contra eles. Ali, a primeira coisa que Fourés fez foi dar uma sova na mulher e, depois, requerer divórcio, que foi logo concedido.

A “Belilotte”, como então a apelidaram, desempenhou junto de Bonaparte, o papel de Cleópatra. “Lá vem nossa generala”, dizia-se. Massou assegurava que se ela desse um filho a Napoleão, este a teria desposado. Mas a tolinha não sabia conseguir isso, e dizia: “A culpa não é minha”.

Ao deixar o Egito, Napoleão deu ordem para que Madame Fourés fosse para a França; entretanto, Kleber e Menon não se apressaram em cumprir a determinação do general e, quando ela chegou à França, Napoleão já era Primeiro Cônsul e rigoroso em matéria de costumes. Não quiz mais vê-la, mas jamais lhe recusou auxílios em dinheiro. Ainda em 1811, deu-lhe 60.000 francos e comprou-lhe uma casa de campo perto de Paris. Em 1800 ela desposou um oficial reformado, Ranchoup, que se dizia nobre, embora sem motivo algum. Por sua vez, Madame Ranchoup mais tarde também se dizia condessa, e ainda com menos razão. Ranchoup foi, logo depois, nomeado cônsul na Espanha e na Suécia, porém a mulher sempre ficou em Paris, freqüentando a sociedade, onde a achavam muito inteligente e agradável. Teve, então, diversos amantes e, por vezes, dois ao mesmo tempo.

Finalmente, aborrecido pelas constantes ligações da mulher, Ranchoup requereu e obteve separação de corpos e bens. Foi quando “Belilotte” publicou seu primeiro romance, “Lord Wentworth”, seguido, mais tarde, de outro, “Uma castelã do século XII”, obras essas que obtiveram certo êxito. Sua vida frívola e sem preocupações durou até 1816,

quando ela se viu arruinada. Era então seu amante um certo Bellard, ex-oficial da guarda imperial. Ela vendeu o mobiliário de sua casa, comprou grande quantidade de mercadorias e partiu com Bellard para o Brasil, onde vendeu com bom lucro o que trouxera, regressando, em seguida, à França, para vender lá madeira de acajú e pau-santo. Deve ter sido boa negociante, pois, havendo rompido logo depois com Bellard, continuou a comerciar entre o Brasil e a França até 1839, conseguindo com isso considerável fortuna. A princípio, dizia-se que havia vindo ao Brasil somente para libertar de Santa Helena Napoleão. Em suas memórias, a duquesa de Abrantes se refere a esse fato. Apesar dos protestos da “Balilotte”, até 1835 ela esteve sempre vigiada pela polícia real. De 1839 em diante, fixou residência em Paris, onde viveu ainda trinta anos, cercada sempre de muitos amigos, entre os quais figurava a célebre animalista Rosa Bonheur. Antes de morrer, queimou sua correspondência, por isso o que nesses papéis pode haver sobre sua permanência no Brasil deve estar aqui, se ainda existir algo a respeito.

A última personagem que vale registrar no relato que ora fazemos, é o Conde Dirk de Hogendorp. Holandês de origem, trabalhou, a princípio, em sua pátria e nas colônias desta; entretanto, depois da anexação da Holanda à França, entrou para o serviço militar de Napoleão. Foi um dos conselheiros do rei Luís Bonaparte, seu ministro da guerra e, em seguida, seu embaixador em Viena e Madrid. Desde 1810 esteve a serviço de Napoleão, tendo sido ajudante de campo do Imperador a partir de março de 1812. Feito conde do Império, foi provido num morgadio em Brunswick e, durante a guerra de 1812, nomeado governador-geral da Lituânia. Nas memórias de general Bennigsen, meu antepassado, que cercou Hamburgo em 1814, consta que Hogendorp fora nomeado governador desta cidade para fazer sentir “aos pobres hamburgueses a cólera do Imperador, pois Hogendorp se caracterizava por seu caráter duro e interesseiro”.

Durante o cerco de Hamburgo, onde em 1814 se encontrava o Marechal Davout, as relações entre este e Hogendorp foram as mais tensas; e o conde se queixava até de haver sido caluniado pelo marechal. Terminadas as hostilidades, Hogendorp foi nomeado para um alto cargo

na Holanda, mas quando napoleão fugiu da Ilha de Elba e voltou para Paris, o general foi imediatamente reunir-se a ele. Depois de Waterloo, sua situação tornou-se insustentável tanto na França como na Holanda, o que o levou a emigrar para o Brasil, onde viveu em situação material bem penível, desde 1814 até a morte, em 1822. É provável que nem tenha sabido que, pelo codicílio de 24 de abril de 1821, Napoleão deixara 100.000 francos “ao General Hogendorp”.

No Brasil Hogendorp escreveu suas memórias, das quais uma cópia foi enviada a Jacques Arago, que a isso se refere em seu relato de viagem “ao redor do mundo”. Em 1886, seus herdeiros publicaram suas memórias, mas esses documentos não se referem ao Brasil. Recentemente, durante a atual guerra, publicou-se em França um livro sobre Hogendorp e que, segundo as notas bibliográficas, contém suas cartas do Brasil; esse livro, porém, ainda não chegou a São Paulo. Nessas condições, a respeito dos últimos anos da vida de Hogendorp consta somente o que foi contado por Arago.

Passando um dia pelo Corcovado, Arago sentiu muita sede e entrou numa modesta casinha isolada, onde viu um grande retrato de um general francês. Um velho que lá estava aproximou-se e explicou-lhe que o retrato era do Conde Hogendorp. Arago pediu-lhe um copo de água, sendo-lhe servido vinho de laranja. Hogendorp ali vivia vendendo esse vinho e carvão vegetal, que queimava e levava para o mercado do Rio. Mas, tirante o vinho, não possuía senão frutas, chegando a faltar-lhe pão. Hogendorp contou a Arago que os seus inimigos da Europa assoalhavam que ele possuía no Brasil grande quantidade de escravos, quando, na realidade, não tinha mais que um, o fiel Singa. Dias depois, Arago fez nova excursão ao Corcovado a fim de conhecer a floresta virgem tão imponente e nossa ocasião voltou à casa de Hogendorp para levar-lhe pão.

Arago transcreve as opiniões que colheu no Rio a respeito do general. Os franceses o admiravam. “Que nobre alma, que coragem e que resignação no infortúnio!” diziam. Entretanto, um nobre brasileiro e qualificou de louco e idiota, por haver recusado alto posto no exército nacional, sob a alegação de ser possível utilizar-se um dia de sua espada contra os franceses. Todavia, é de supor fosse outro o verdadeiro motivo

da recusa. Deixando a carreira no país natal somente para ser fiel ao Imperador, Hogendorp teria provavelmente encarado seu ingresso no exército brasileiro, que fazia parte então do exército português, como traição moral a Napoleão, não tendo, portanto, querido, nesse particular seguir seus companheiros de armas. Íntegro, preferiu manter a honra mesmo ao preço da própria miséria; e morreu, deixando aos descendentes, um nome sem mácula. Parece que sua memória não deixou vestígios no Brasil, onde apenas seu corpo teve repouso eterno.

**(“O Estado de S. Paulo”, 1-7-1943).**



## FREDERICK CHARLES GLASS (1871-1960)

Vinde para o Brasil afim de trabalhar numa empresa ferroviária, Glass acabou se empregando na mina de Morro Velho, em Minas Gerais, de propriedade inglesa. Nessa localidade, teve oportunidade de conhecer um companheiro de trabalho, o norte-americano Reginald Young, que, além de funcionário da mina, era também missionário protestante.

Um incidente e, pouco depois, um problema de saúde, levou Glass a desligar-se da empresa de Morro Velho e, ao que parece realmente convertido por influência de seu companheiro, passou a dedicar-se a colportagem, ou seja à venda de Bíblias e livros religiosos. E nessa função, percorreu quase que todo o país, até quase o fim de sua vida. Faleceu no Brasil em 1960, aos 89 anos de idade, deixando publicado na Inglaterra, em 1926, um singelo livro **Adventures with the Bible in Brazil**, no qual narra suas experiências nas mais diversas regiões do nosso país. Esteve no Nordeste, no Pará, no Amazonas, em Mato Grosso, em Goiás e no sul do Brasil.

Embora o objetivo principal de seu relato seja religioso, como testemunha de sua experiência, aliás uma experiência mais ou menos comum aos missionários protestantes que percorreram nosso país, a partir da segunda metade do século XIX, o livro de Glass oferece-nos descrições da cenas e costumes de grande interesse social e cultural, como retratos das regiões por onde andou.

Estando em São Borja, no Rio Grande do Sul, aproveitou o ensejo para uma descrição rápida, mas exata, das missões jesuíticas outrora ali existentes. Aliás, gostou da região. Declarou mesmo que em todas as suas experiências “bíblicas” no Brasil, em nenhum lugar fora tão bem recebido como nessa região, pois “o espírito do jesuitismo morrera e a liberdade era uma realidade”.

Viajando pelo interior do Brasil em época ainda plena de preconceitos religiosos, teve Glass a serenidade de retratar de maneira cordial os inevitáveis incidentes decorrentes de seu trabalho. As críticas que faz ao catolicismo devem ser levadas à conta do “espírito da época” quanto à intolerância que, não raro, se manifestava de maneira pouco adequada e até mesmo violenta.

Pelo seu livro, não se percebe a que confissão protestante era Glass vinculado. Parece-nos que, mais que a uma igreja, era ele vinculado a alguma sociedade bíblica, das muitas que, em todo o mundo, faziam a distribuição das Escrituras Sagradas, provavelmente a “British and Foreign Bible Society”, de Londres.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Edição original: **Adventures with the Bible in Brazil**. Londres, Pickering and Ingles, 1926.

Ed. brasileira: **Aventuras com a Bíblia no Brasil**. Trad. de Nithinia Wills; apres. de David Glass. Rio de Janeiro, Livraria Evangélica, s.d. 300p

**Missões jesuíticas**. Excerto publicação em o nº 67: 161-163 desta publicação em 1975, e reproduzido no presente número.



## MISSÕES JESUÍTICAS

F. C. Glass

Mais ou menos no ano de 1600, tornou-se evidente aos padres jesuítas que as regiões do Paraguai e sul do Brasil, recentemente descobertas, eram países ideais para um novo império, no mundo novo, o que seria para eles uma compensação dos prejuízos que tinham tido no Velho Mundo. Seus súditos seriam os índios da tribo dos guaranis, mas numerosos, e eles, os sacerdotes e os irmãos leigos da ordem de São Loyola, seriam os donos exclusivos, os governadores e legisladores da terra.

Os planos foram, portanto, organizados com toda a inteligência e previsão e com a perfeita astúcia e sigilo nos quais esta Ordem se tornara famosa.

A rivalidade entre as coroas de Espanha e Portugal, as condições nubladas dos limites internacionais, a crueldade e injustiça da política dos descobridores para com os possuidores índios do solo, proporcionaram a oportunidade desejada, e, em 1610 os padres jesuítas iniciaram o seu projeto, vasto e ambicioso, com a construção de uma cidade missionária no interior do Paraguai. Outras cidades foram sendo criadas, tão rapidamente que, em 1627, a região incluía uma enorme área do Brasil e São Nicolau foi edificada.

Em 1631 existiam vinte dessas cidades missionárias, com mais de cem mil habitantes, todos falando a língua guarani; no fim do mesmo século já eram sete as cidades jesuíticas existentes no sul do Brasil. O novo império tomou o nome de Missões, sendo sua capital a cidade de São Borja, às margens de caudoloso Uruguai. Não havia leis de direito civil, nem

direitos de propriedade e pessoa. Os índios eram considerados como pertencentes de corpo e alma aos jesuítas, uma forma mais ou menos benigna de escravidão, mas que, eventualmente, se tornou quase tão cruel e impiedosa como a escravidão portuguesa.

Os índios eram obrigados a trabalhar para os seus dirrigentes senhoriais; como retribuição recebiam boa alimentação e eram protegidos contra os colonizadores e saturados de doutrina romana. Eram empregados, a maior parte das vezes, no cultivo do açúcar, do milho, do feijão etc., que eram vendidos nos portos de Assunção e Buenos Aires; os seus fabulosos lucros eram divididos entre a coroa espanhola e o erário dos jesuítas, tendo sempre estes últimos a porção do leão.

Os índios eram bem armados e exercitados nas táticas militares. Não eram permitido a nenhum estrangeiro ou homem branco, que não fosse membro da Ordem, a entrada na região e em 1750 a riqueza e o poderio desse império eclesiástico era tão grande e se propagava tão rapidamente, que o medo e a inveja de seus vizinhos foram despertados. Os padres, entretanto, desafiaram as coroas, tanto de Espanha como de Portugal. Só depois de três anos de esforços da parte das armas unidas destes dois poderes é que conseguiram derrubar as jesuítas. Os índios que sobreviveram foram escravizados ou espalhados, para voltarem à vida antiga, vida de selvagem, tornada agora mais amarga por um intenso ódio as homem branco, tanto civil como eclesiástico, ódio que muitos deles conservem ainda nos dias atuais.

(**Adventures with the Bible in Brasil**,  
37-38. London, Pickering and Ingles, 1926)



Nesta seção reproduzimos algumas das crônicas semanais publicadas pelo responsável por esta publicação em “A Federação”, jornal da vizinha cidade de Itu. Para identificação e referência bibliográfica, indicam-se as datas em que foram publicadas.

#### **410. UMA RELEITURA EMOCIONANTE**

Ensaísta e historiador dos mais notáveis, escritor dos melhores do nosso país, Batista Pereira (1880-1960) nasceu no Rio Grande do Sul, mas viveu a maior parte de sua vida em São Paulo e no Rio de Janeiro, incluindo uma passagem por Campinas, onde concorreu com Coelho Neto em famoso concurso para provimento da cadeira de Literatura do tradicional “Culto à Ciência”, em seu tempo denominado simplesmente “Ginásio do Estado”. Retirando-se depois para São Paulo, aí exerceu o jornalismo em diversos órgãos da imprensa paulistana.

Ingressando na carreira diplomática, serviu como secretário de Ruy Barbosa na delegação brasileira à Conferência de Haia, em 1907. Muito afeiçoado a Ruy, de quem se tornou genro, dedicou muitos anos de sua vida a falar e a escrever sobre o grande brasileiro, especialmente após o seu falecimento em 1923.

Como ensaísta o historiador deixou Batista Pereira uma obra vasta e variada, na qual merecem atenção especial “Civilização contra Barbárie”, “Formação espiritual do Brasil”, “Figuras do Império e outros ensaios” (volume inicial da preciosa coleção “Brasiliana”), “Vultos e episódios do Brasil”, “Diretrizes de Ruy Barbosa”, “O Brasil e o anti-semitismo”, “Pelo Brasil maior” e “A Cidade de Anchieta”, ensaio precioso de reconstituição de São Paulo no século XVI e que constitui, inegavelmente, seu mais importante trabalho de pesquisa histórica.

Tendo se manifestado franca e abertamente por São Paulo na Revolução de 1932, foi preso e recolhido à chamada “Sala da Capela” do presídio de rua Frei Caneca, no Rio de Janeiro. Ali, fez circular entre seus companheiros de prisão um jornal manuscrito intitulado “Diário da Capela”. Finda a revolução, todo o material desse pequeno jornal foi reunido em livro que recebeu o mesmo título do jornalzinho. O bambardeio de Campinas pelos aviões da ditadura inspirou-lhe certamente a mais bela página sobre nossa cidade, mas hoje completamente esquecida. Tentamos avivá-la, reproduzindo-a em nossa “Notícia Bibliográfica e Histórica” (nº 59, julho/agosto de 1974).

E justamente na fase em que nos encontramos das mais diversas e variadas releituras, chegou a vez de retermos o “Diário da Capela” e não foi sem emoção que o fizemos. Como não vivemos no Estado de São Paulo na época da gloriosa revolução de 1932, ao retornarmos após o movimento, procuramos, como compensação, tomar conhecimento de tudo quanto se publicara sobre a gloriosa epopéia. E dentre esses livros, nenhum nos emocionou mais do que o “Diário da Capela”, de Batista Pereira, razão de sobra para a sua evocação nesta breve nota. 24-5-2003.

#### **411. PADRE JOSÉ MAURÍCIO**

Numa das últimas vezes em que tivemos a oportunidade e o privilégio de um encontro com a saudosa musicóloga e maestrina Cleofe Person de Matos - isto há cerca de uns vinte anos - teve ela a gentileza de nos mostrar o catálogo que vinha elaborando da obra do compositor carioca Padre José Maurício Nunes Garcia (1767-1830). Foi incansável a saudosa autora em lutar pelo reconhecimento dos seus méritos, cuidando, sempre que possível, da apresentação de suas obras pela Associação de Canto Coral, por ela fundada e dirigida no Rio de Janeiro. E de toda a sua árdua tarefa como regente, musicóloga e pesquisadora resultou o reconhecimento cada vez maior do modesto compositor que, mui tardiamente embora, teve assim reconhecidos os seus méritos.

Em modestos rabiscos que também tivemos oportunidade de publicar sobre o compositor, procuramos mostrar a participação que, para

o reconhecimento dos méritos de José Maurício, teve o Visconde de Taunay, que sobre ele publicou dois livros, reeditados nos anos 20 do século passado.

Felizmente, dispomos atualmente de gravações excelentes de algumas de suas maiores obras, em cujo acervo merecem destaque três Missas, um “Te Deum”, uma “Sinfonia Fúnebre”, uma ópera (“Zelmira”), as “Matinas para o dia de Finados”, diversos motetes e o grandioso “Officium 1816”, extensa obra constituída de 34 tópicos todos da mais alta espiritualidade.

Narra o Visconde de Taunay o interesse demonstrado por José Maurício da parte do Segismundo Neukomm, compositor austríaco contratado por D. João VI para prover de música a corte do Rio de Janeiro: “Os brasileiros nunca souberam o valor do homem que tinham, valor tanto mais estupendo quanto tudo nele era fruto dos próprios esforços. Eu não cansava de admirar, eu, cheio das lições de Haydn, eu, que, por parte desse adorado mestre terminei suas obras deixadas incompletas, quantas vezes não me corriam as lágrimas, ao lado de José Maurício!”. E Taunay assim comenta esse cardial encontro dos dois grandes mestres: “Era a grandiosa escola alemã, dos Haydn, Mozart e Beethoven apertando em seus braços o inspirado discípulo, o pobre e modesto, mas imorredouro mestiço brasileiro, neto de uma negra da Costa d’África reduzida à escravidão pela maldade dos homens”.

É uma pena que com a desativação dos antigos discos LPs, constantes de suas obras, tenham estes desaparecidos da “circulação”... Esperamos que no processo dos CDs atualmente em uso, possamos ter novamente as obras do grande compositor carioca. A evocação de seu nome em nosso “rabisco” de hoje vem a propósito do transcurso de seu natalício no ano de 1767. 20-9-2003.

## **412. CURIOSAS “CARTAS” SOBRE O BRASIL**

Em nosso vasto e variado programa de releitura de viajantes estrangeiros que escreveram sobre nosso país, e que já se encontram

traduzidos (pois as edições originais são de difícil acesso) chegou a vez de reler as curiosas “Cartas do Brasil”, de Max Leclerc, divulgadas em excelente tradução de Sérgio Milliet como volume 215 da preciosa (e saudosa) coleção “Brasiliana”, no ano já longínquo de 1942.

Jornalista francês mandado ao Brasil pelo “Journal des Debats” à cata de novidades logo após a proclamação da República, Max Leclerc publicou em livro as cartas que enviou para o seu jornal e que constituem excelente material para o conhecimento do ambiente brasileiro nos primeiros dias do novo regime. A edição original (“Lettres du Brésil”) saiu em Paris, em 1890, pela Livraria Plon.

Sérgio Milliet enriqueceu o livro com excelente prefácio, salientando os defeitos e as qualidades dessas crônicas, que considera uma das primeiras reportagens modernas. O que viu e ouviu esse reporter - lembra Milliet - pode não nos agradar inteiramente, pois embora se mantenha num elevado nível de linguagem, sublinha defeitos graves de nosso temperamento e erros lamentáveis em nossa administração. Entretanto, trata-se de um testemunho que não temos o direito de ignorar e que, sem dúvida alguma, poderá contribuir em muitos pontos para esclarecer esse período de nossa história, qual seja os primeiros tempos do período republicano.

Não raro descamba o autor para julgamentos apressados, superficiais, baseados em observações rápidas ou informações de terceiros, muitas vezes suspeitos, e que devem ser postos de “quarentena”, principalmente no que concerne à psicologia do nosso povo, coisa bem mais complexa do que pôde imaginar o autor. Nem devemos esquecer, ao considerar suas “cartas”, a perspectiva do tempo ou seja a carência do recuo imprescindível a uma apreciação realmente imparcial e completa do movimento de 1889. Movimento que não deve ser chamado de “revolução”, pois este termo implica em modificação de usos e costumes, de instituições, de filosofia de vida e nada disso houve no Brasil.

A República apenas mudou a forma de governo pouco se fazendo se sentir a sua influência na vida cotidiana, nos hábitos e nas preocupações do povo brasileiro. Alguém já disse que a República no

Brasil apenas substituiu um Imperador vitalício por um Presidente eleito de quatro em quatro anos. Se bem que... houve um... que ficou quinze anos praticamente sem ser eleito...

Sérgio Milliet observa com propriedade que “as qualidades e os defeitos” do livro, bem passados honesta e desapaixonadamente, como que se equilibram, o que lhe pareceu suficiente para justificar sua tradução, ainda mais que, na época (1942) era bem escassa a bibliografia referente ao período republicano. 27-9-2003.

### 413. GRAMÁTICO E TEÓLOGO

Difícil encontrar alguém que, no início do século passado, não tenha utilizado para os seus estudos de língua portuguesa as gramáticas de Eduardo Carlos Pereira, assinando sempre seus livros como professor do Ginásio do Estado, na capital paulista. Tanto na “expositiva”, como na “histórica”, as obras do ilustre professor destacavam-se, fazendo jús à prioridade pelo seu estilo simples, claro, embora erudito, permitindo aos seus leitores um conhecimento da língua na maneira mais completa possível, inclusive afastando de seus usuários a idéia generalizada das dificuldades derivadas de numerosos outros autores em obras congêneres.

Seu autor, mineiro de Caldas (e não de Campanha, como erroneamente informa Raimundo de Menezes em seu conhecido “Dicionário de Literatura”) nascido na data de hoje do ano de 1855, foi das figuras mais expressivas da vida cultural paulista. Ao lado de sua qualidade de “mestre da língua”, teve a ocupá-lo uma acentuada dedicação à causa religiosa através da Igreja Presbiteriana, à qual se filiou ainda em sua cidade natal e da qual se tornou, em certa época, sua figura mais representativa.

Não se conformando com a vinculação então existente entre as igrejas protestantes do Brasil e as dos Estados Unidos (estas, pelas obras de seus missionários) lutou denodadamente pela criação de um protestantismo inteiramente desvinculando das igrejas do exterior, o que foi obtido com a criação, precisamente há cem anos (1903) de uma Igreja Presbiteriana Independente.

Sua atividade religiosa, daí por diante, correu parrelha com a sua qualidade de mestre da língua, mas passou a absorver a partir de certo momento a maior parte de suas funções. Quase se poderia dizer que o gramático cedeu lugar ao teólogo. Deixou diversos livros, dentre os quais julgamos oportuno mencionar “O problema religioso da América Latina” (que mereceu resposta de uma das maiores figuras da Igreja Católica, nada menos que o Padre Leonel Franca, em seu livro “A Igreja, a Reforma e a Civilização”). Outro de seu livro, também polêmico, “A Maçonaria e a Igreja Cristã” (no qual discute a incompatibilidade das duas entidades) e nos inúmeros trabalhos menores, mas não menos interessantes do ponto de vista teológico.

Os últimos anos de sua vida (faleceu a 2 de março de 1923) foram dedicados ao pastorado da Igreja de sua denominação na capital paulista, então localizada à rua 24 de Maio, em pleno centro da cidade. Com as freqüentes reformas do ensino secundário em nosso país, a própria estrutura da programação didática sofreu alterações, de maneira que suas preciosas gramáticas deixaram de ser editadas e, de acordo com os padrões novos, foram consideradas superadas... Cremos, entretanto, que, pelo menos a “Gramática Histórica” mereceria ainda a consideração dos “experts” pela quantidade e qualidade das lições que encerra. 8-11-2003.





# **CENTROS UNIVERSITÁRIOS**

## **CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS AMBIENTAIS E DE TECNOLOGIAS**

Faculdade de Análise de Sistemas  
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo  
Faculdade de Engenharia Ambiental  
Faculdade de Engenharia Civil  
Faculdade de Engenharia de Computação  
Faculdade de Engenharia Elétrica  
Faculdade de Geografia  
Faculdade de Matemática  
Faculdade de Química

## **CENTRO DE CIÊNCIAS DA VIDA**

Faculdade de Ciências Biológicas  
Faculdade de Ciências Farmacêuticas  
Faculdade de Enfermagem  
Faculdade de Fisioterapia  
Faculdade de Fonoaudiologia  
Faculdade de Medicina  
Faculdade de Nutrição  
Faculdade de Odontologia  
Faculdade de Psicologia  
Faculdade de Terapia Ocupacional

## **CENTRO DE ECONOMIA E ADMINISTRAÇÃO**

Faculdade de Administração  
Faculdade de Ciências Contábeis  
Faculdade de Ciências Econômicas

## **CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**

Faculdade de Biblioteconomia  
Faculdade de Educação  
Faculdade de Educação Física  
Faculdade de Serviço Social

## **CENTRO DE CIÊNCIA DA LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO**

Faculdade de Artes Visuais  
Faculdade de Jornalismo  
Faculdade de Letras  
Faculdade de Publicidade e Propaganda  
Faculdade de Relações Públicas  
Faculdade de Turismo

## **CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS**

Faculdade de Teologia e Ciências Religiosas  
Faculdade de Ciências Sociais  
Faculdade de Direito  
Faculdade de Filosofia  
Faculdade de História

Editoração: Beccari Propaganda e Marketing  
Rua Pedro Álvares Cabral, 183 - Campinas - S.P. - Fone Fax (19) 3255-6311  
beccaripropag@uol.com.br

Impresso por: Gráfica e Editora Flamboyant Ltda  
Rua Dr. João Quirino Nascimento, 493 - Campinas - S.P. - Fone Fax (19) 3252-6835  
flamboyant@dglnet.com.br

